

BRONISLAW MALINOWSKI

ARGONAUTAS DO PACÍFICO OCIDENTAL

UM RELATO DO EMPREENDIMENTO
E DA AVENTURA DOS NATIVOS NOS
ARQUIPÉLAGOS DA NOVA GUINÉ
MELANÉSIA

Com Prefácio de Sir James George Frazer

Tradução de Anton P. Carr (Capítulos I - XV) e Lígia Aparecida Cardieri
Mendonça (Capítulos XVI - XXII), revista por Eunice Ribeiro Durham.



SBD-FFLCH-USP



373817

DEDALUS - Acervo - FFLCH



20900117523

EDITOR: VICTOR CIVITA

PREFÁCIO

Sir James G. Frazer

Meu estimado amigo, o Dr. Malinowski, solicitou-me que prefaciasse este seu livro; com prazer aquiesço a seu pedido, embora acredite que minhas palavras, quaisquer sejam, nada terão a adicionar à valiosa pesquisa antropológica que neste volume ele nos oferece. Minhas observações, como tais, dirão respeito, de um lado, ao método por ele seguido e, de outro, ao assunto de seu livro.

Quanto ao método, o Dr. Malinowski realizou seu trabalho em circunstâncias altamente favoráveis e de modo calculado para obter os melhores resultados possíveis. Ele estava bem munido — tanto em conhecimentos teóricos quanto em experiência prática — para a tarefa a que se propôs. De seus conhecimentos teóricos ele já nos deu provas em seu tratado sobre a organização da família entre os aborígenes da Austrália, obra erudita e bem cuidada;¹ sua experiência prática evidencia-se não menos satisfatoriamente em seu relato sobre os nativos de Mailu, baseado em seus seis meses de convivência com eles na Nova Guiné.² A leste da Nova Guiné, nas ilhas Trobriand, às quais ele a seguir devotou sua atenção, o Dr. Malinowski viveu, durante muitos meses a fio, como um nativo entre os nativos, observando-os diariamente no trabalho e nas diversões, conversando com eles na própria língua nativa e obtendo todas as suas informações das fontes mais seguras: — observações pessoais e declarações feitas a ele diretamente pelos nativos em sua própria língua, sem a intervenção de intérpretes. Pôde ele, dessa maneira, compilar uma multiplicidade de dados de alto valor científico, referentes à vida social, religiosa e econômica dos nativos das ilhas Trobriand. Ele tenciona e espera poder, futuramente, publicar integralmente todos esses dados; nesse ínterim, ele nos oferece com o presente volume um estudo preliminar sobre uma faceta interessante e muito peculiar da sociedade de Trobriand: o extraordinário sistema de trocas (econômico ou comercial apenas em parte) utilizado pelos ilhéus entre si e com os habitantes das ilhas circunvizinhas.

Não precisamos refletir muito para nos convenceremos de que as forças econômicas são de suma importância em todos os estágios do desenvolvimento humano, do mais humilde ao mais elevado. A espécie humana, afinal, é parte integrante do mundo animal e, como os outros animais, precisa de um alicerce material ao qual pode sobrepor uma vida melhor — intelectual, moral e social; sem esse alicerce, esta superestrutura é impossível. A fundamentação material, que consiste na necessidade de alimento e em certo grau de calor e proteção contra os elementos, forma a base econômica ou industrial e constitui condição necessária da vida humana. Acredito que, se agora os antropólogos indevidamente negligenciaram esse aspecto, foi porque eles foram atraídos por aspectos mais elevados da

¹ Malinowski, Bronislaw, *The Family among the Australian Aborigines: A Sociological Study*. Londres, University of London Press, 1913.

² Malinowski, Bronislaw, "The Natives of Mailu: Preliminary Results of the Robert Mond Research Work in British New Guinea". *Transactions of the Royal Society of South Australia*, vol. XXXIX, 1915.

natureza humana — e não porque deliberadamente ignoraram ou subestimaram a importância e necessidade de um aspecto mais básico. Como desculpa por essa negligência, podemos também lembrar que a antropologia é ainda uma ciência jovem e que a multiplicidade dos problemas a serem enfrentados pelos estudiosos não pode ser abordada simultaneamente, mas deve ser analisada por partes, isoladamente. Seja como for, o Dr. Malinowski acertou ao enfatizar a grande importância da economia primitiva, isolando para um estudo detalhado o extraordinário sistema de trocas utilizado pelos nativos das ilhas Trobriand.

Além disso, ele sensatamente recusou limitar-se a uma simples descrição do processo de trocas: dispôs-se, em vez disso, a penetrar nos motivos que o fundamentam, bem como nos sentimentos que provoca nos nativos. Parece-me que alguns estudiosos defendem o ponto de vista de que a sociologia deve ater-se à descrição das ações, deixando para a psicologia o problema dos motivos e sentimentos. Sem dúvida, a análise das motivações e reações difere do estudo das ações e pertence, estritamente falando, ao âmbito da psicologia. Na prática, porém, o comportamento social nada significa para o observador, a não ser que ele conheça ou possa inferir pensamentos e emoções do agente. Assim, a simples descrição de atos, sem qualquer referência ao estado mental do agente, não vai de encontro aos propósitos da sociologia, cujo objetivo não é apenas registrar — mas, sim, entender o comportamento do ser humano na sociedade. Portanto, a sociologia não pode levar a cabo sua tarefa sem amparar-se, a cada passo, na psicologia.

O método do Dr. Malinowski caracteriza-se pela preocupação em levar em conta a complexidade da natureza humana. Ele observa o ser humano em sua totalidade, ciente de que o homem é uma criatura dotada de paixões tanto quanto de razão, e não poupa esforços para descobrir a base tanto racional quanto emocional do comportamento humano. O cientista, assim como o literato, tende a ver a humanidade somente em abstrato, selecionando para suas considerações apenas um aspecto dos muitos que caracterizam o ser humano em sua complexidade. Das grandes obras literárias, a de Molière pode ser usada como um exemplo típico dessa visão parcial. Todas as personagens de Molière são projetadas num só plano; uma delas é o avarento, outra o hipócrita, outra o pretenso — e assim por diante; mas nenhuma delas é humana. São todas bonecos, vestidos de modo a parecerem seres humanos. A semelhança, porém, é apenas superficial. Por dentro, são ocas e vazias, pois a fidelidade à natureza foi sacrificada ao efeito literário. Bem diferente é a apresentação da natureza humana na obra de outros grandes autores como Cervantes e Shakespeare: suas personagens são sólidas, criadas ao molde humano em quase toda a sua multiplicidade de aspectos. Sem dúvida, nas ciências não é só legítimo mas necessário um certo grau de abstração, pois elas nada mais são do que o conhecimento elevado a potência mais alta, e todo conhecimento implica num processo de abstração e generalização: até mesmo para reconhecermos uma pessoa a quem vemos diariamente, é imprescindível usarmos certas abstrações e generalizações que sobre ela viemos fazendo, cumulativamente, no passado. Assim, a antropologia é forçada a abstrair certos aspectos da natureza humana, considerando-os à parte da realidade concreta; mais precisamente, ramifica-se ela em várias outras ciências, cada uma analisando o complexo organismo humano sob um único aspecto — físico, intelectual, moral, ou social. As conclusões gerais de cada uma dessas ciências compõem um quadro mais ou menos incompleto do ser humano como um todo — incompleto porque as facetas que o compõem correspondem a apenas algumas das muitas que o caracterizam.

A grande preocupação do Dr. Malinowski em seu presente estudo é a análise de fatos que, à primeira vista, poderíamos interpretar como uma atividade pura-

mente econômica dos habitantes das ilhas Trobriand; todavia, com a grande abertura de perspectiva e acuidade que o caracterizam, ele se dá ao cuidado de nos demonstrar que essa curiosa circulação de riquezas entre os habitantes das ilhas Trobriand e os das demais ilhas, embora acompanhada por um comércio de tipo comum, não constitui, de maneira alguma, uma forma de transação estritamente comercial; ele nos mostra que essa modalidade de troca não se fundamenta num mero cálculo utilitário de lucros e perdas; e que ela vem de encontro a necessidades emocionais e estéticas de ordem mais elevada que o simples atendimento aos requisitos da natureza animal. Tudo isso leva o Dr. Malinowski a criticar acerbamente a concepção que se faz do Homem Econômico Primitivo como um tipo de fantasma que, segundo parece, ainda infesta os livros de texto das ciências econômicas, chegando mesmo a estender sua influência nefasta às mentes de alguns antropólogos. Vestindo os farrapos abandonados pelos senhores Jeremy Bentham e Gradgrind, esse fantasma horrendo aparentemente é movido exclusivamente pela sede de lucro, o qual ele busca implacavelmente, seguindo princípios spencerianos, ao longo das linhas de menor resistência. Se realmente os bons pesquisadores acreditam que tal ficção angustiante possa encontrar paralelos na sociedade silvícola e não a vêem apenas como mera abstração útil, o relato do Dr. Malinowski sobre o *Kula* deve contribuir para destruir definitivamente este fantasma — pois o Dr. Malinowski demonstra que a transação de objetos úteis, parte integrante do *Kula*, ocupa, na mente dos nativos, uma posição inteiramente subordinada à troca de certos objetos que é feita sem quaisquer finalidades utilitárias. Combinando transações comerciais, organização social, mitos e rituais mágicos — o *Kula*, essa extraordinária instituição nativa que chega a abranger enorme extensão geográfica, parece não ter paralelos nos anais de antropologia. Mas, seu descobridor, o Dr. Malinowski, pode muito bem ter razão ao presumir que entre os povos selvagens e bárbaros existem outras instituições — se não idênticas, pelo menos semelhantes ao *Kula* — que eventualmente serão descobertas através de novas pesquisas.

Segundo o Dr. Malinowski, a importância que a magia assume nesta instituição constitui uma das facetas mais interessantes e instrutivas do *Kula*. A julgar pela maneira com que ele a descreve, a realização dos rituais de magia e o uso de fórmulas mágicas são indispensáveis ao bom êxito do *Kula* em todas as suas fases — desde a derrubada das árvores, cujos troncos são escavados e transformados em canoas, até o momento em que, terminada a expedição com êxito, as canoas e sua preciosa carga iniciam a viagem de volta ao ponto inicial. A propósito, aprendemos também que os rituais de magia e os feitiços são igualmente indispensáveis à horticultura e ao bom êxito na pesca — duas das atividades que constituem o principal meio de sustento dos nativos; o “feiteiro agrícola”, a quem cabe a responsabilidade de promover, através de suas fórmulas, o crescimento das plantas, é conseqüentemente um dos elementos mais importantes da aldeia, figurando hierarquicamente logo abaixo do chefe e do feiticeiro propriamente dito. Em suma, os nativos crêem que a magia é absolutamente imprescindível, a todo e qualquer ramo de suas atividades — que é tão imprescindível ao bom êxito de um trabalho como as operações técnicas envolvidas, tais como a impermeabilização, pintura e lançamento de uma canoa, o plantio de uma horta, a colocação de uma armadilha para peixes. “A fé no poder da magia”, conta-nos o Dr. Malinowski, “é uma das principais forças psicológicas que permitem a organização e sistematização do esforço econômico nas ilhas Trobriand.”

O valioso relato do Dr. Malinowski sobre a magia como fator de grande importância para o bem-estar econômico e, de fato, para a própria sobrevivência da comunidade nativa, é suficiente para anular a hipótese errônea de que a magia, contrariamente à religião, é por sua própria natureza essencialmente

maléfica e anti-social; e que é sempre usada pelo indivíduo para promover seus próprios interesses egoístas e prejudicar seus inimigos, sem levar em conta seus efeitos sobre o bem-estar comum. A magia pode ser usada com essa finalidade e, de fato, provavelmente o é em todas as regiões do mundo; nas ilhas Trobriand também se acredita que seja praticada com fins nefandos pelos feiticeiros, que provocam nos nativos temores profundos e preocupação constante. Mas, em si, a magia não é nem benéfica nem maléfica; é simplesmente um poder imaginário de controle sobre as forças da natureza, que pode ser exercido pelo feiticeiro para o bem ou para o mal, para beneficiar o indivíduo ou a comunidade, ou para prejudicá-los. Sob esse ponto de vista, a magia está exatamente no mesmo plano das ciências, das quais vem a ser a "irmã bastarda"; também as ciências não são nem boas nem más em si, embora possam gerar tanto o bem quanto o mal, conforme a maneira como forem utilizadas. Seria absurdo, por exemplo, estigmatizar a farmacêutica como ciência anti-social por que o conhecimento das propriedades das drogas pode ser empregado tanto para curar quanto para destruir o homem. É igualmente absurdo negligenciar a aplicação benéfica da magia, atendo-se apenas a sua utilização maligna na caracterização das propriedades que a definem. As forças da natureza, sobre as quais a ciência exerce controle real e a magia controle imaginário, não são influenciadas pela disposição moral ou pela boa ou má intenção do indivíduo que se utiliza de seus conhecimentos especiais para colocá-las em movimento. A ação das drogas no organismo humano é exatamente a mesma, quer sejam elas administradas por um médico, quer por um envenenador. A natureza e as ciências não são nem benéficas nem hostis à moral; são simplesmente indiferentes a ela, e estão igualmente prontas para atender às ordens quer do santo, quer do pecador, desde que um deles lhes dê a ordem adequada. Se na artilharia as armas estão bem carregadas e apontam para o alvo certo, seu fogo será igualmente destrutivo: não importa que seus portadores sejam patriotas a lutar em defesa da pátria, ou invasores a arriscar-se numa guerra de agressão injusta. Caracterizar a ciência ou a arte em função de sua aplicabilidade, ou de acordo com a intenção moral do cientista ou artista é obviamente falacioso no que se refere à farmacêutica ou à artilharia; e o é igualmente (embora, para muitos, não tão óbvio) no que diz respeito à magia.

A grande influência da magia sobre a vida e o pensamento dos nativos das ilhas Trobriand é, no presente volume, talvez um dos aspectos que mais impressionam o leitor. O Dr. Malinowski nos conta que "a magia, tentativa humana de controlar diretamente as forças da natureza através de conhecimentos especiais, é fator fundamental e permeante na vida dos nativos das ilhas Trobriand"; é "parte integrante de todas as suas atividades industriais e comunitárias"; "todos os dados até agora analisados revelam a extrema importância da magia no sistema do Kula. Mas, se se tratasse de qualquer outro aspecto da vida tribal desses nativos, constataríamos igualmente que os nativos recorrem à magia toda vez que enfrentam problemas de importância vital. Podemos dizer, sem correremos o risco de exagerar, que a magia, segundo eles, governa os destinos do homem; que ela dá ao homem o poder de dominar as forças da natureza e que ela é a arma e o escudo com que o homem enfrenta todos os perigos que o rodeiam".

Assim sendo, no ver dos ilhéus de Trobriand, a magia é uma força de suprema importância, quer para o bem, quer para o mal; ela pode construir ou aniquilar a vida de um homem; pode sustentar e proteger o indivíduo e a comunidade, ou pode prejudicá-los e destruí-los. Comparada a esta convicção universal e profundamente enraizada, a crença na existência dos espíritos dos mortos poderia, à primeira vista, parecer de pouca influência na vida daqueles nativos. Contrariamente à atitude geral entre os selvagens, os nativos de Trobriand não

temem os espíritos. Acreditam, mesmo, que os espíritos voltam às aldeias uma vez por ano, a fim de participar do grande festejo anual; mas, "de maneira geral, os espíritos não têm muita influência sobre os seres humanos; seja para o bem seja para o mal"; "nada existe da interação mútua, da colaboração íntima entre o homem e os espíritos que constitui a essência do culto religioso". Esse predomínio conspícuo da magia sobre a religião — ou, pelo menos, sobre o culto dos mortos — é uma característica marcante da cultura dos ilhéus de Trobriand, que ocupam lugar relativamente alto na escala da selvageria. E este fato nos fornece nova prova da extraordinária força e da tenacidade da influência que essa universal ilusão tem exercido agora e sempre, sobre a mente humana.

Sem dúvida, iremos aprender muito sobre a relação entre magia e religião entre os nativos das ilhas Trobriand no relato completo das pesquisas do Dr. Malinowski.

Da observação paciente que devotou a uma única instituição e da riqueza de detalhes com que a ilustrou, podemos auferir a extensão e o valor da obra completa que está em preparação, a qual promete ser um dos trabalhos mais completos e científicos já produzidos sobre um povo selvagem.

J. G. Frazer

*Londres, The Temple,
- 7 de março de 1922.*

PRÓLOGO

do autor

Encontra-se a moderna etnologia em situação tristemente cômica, para não dizer trágica: no exato momento em que começa a colocar seus laboratórios em ordem, a forjar seus próprios instrumentos e a preparar-se para a tarefa indicada, o objeto de seus estudos desaparece rápida e irremediavelmente. Agora, numa época em que os métodos e objetivos da etnologia científica parecem ter se delineado; em que um pessoal adequadamente treinado para a pesquisa científica está começando a empreender viagem às regiões selvagens e a estudar seus habitantes, estes estão desaparecendo ante nossos olhos.

A pesquisa sobre raças nativas, realizada por pessoal de formação acadêmica, tem-nos fornecido provas irrefutáveis de que a investigação científica e metódica proporciona resultados melhores — e em maior número — que a dos melhores amadores. A maioria, embora não a totalidade, dos relatos científicos feitos atualmente tem revelado novos e inesperados aspectos da vida tribal: traçou, em linhas claras e precisas, um quadro de instituições sociais, que são muitas vezes surpreendentemente vastas e complexas; apresentou uma visão do nativo, tal como ele é, com suas crenças e práticas religiosas e mágicas; e nos permitiu penetrar em sua mente de maneira mais profunda do que nos era possível anteriormente. Deste material novo, que tem cunho genuinamente científico, os estudiosos de etnologia comparada já podem retirar algumas conclusões valiosas sobre a origem dos costumes, crenças e instituições humanas, sobre a história das culturas, sua difusão e contato, sobre as leis do comportamento do homem em sociedade e sobre a mentalidade humana.

A esperança de se obter uma nova visão da humanidade selvagem através do trabalho de cientistas especializados surge como uma miragem para desaparecer novamente quase no mesmo instante. Embora atualmente ainda se encontre um bom número de comunidades nativas disponíveis ao estudo científico, dentro de uma ou duas gerações essas comunidades ou suas culturas terão praticamente desaparecido. É premente a necessidade de trabalho árduo, e curto demais o tempo. Além disso, é com tristeza que se verifica, até o presente, uma falta de real interesse por parte do público nesse tipo de estudos. São poucos os pesquisadores, e o incentivo que recebem é escasso. Em vista disso, não sinto necessidade de justificar uma contribuição etnológica que é resultado de pesquisa de campo especializada.

Neste volume eu relato apenas uma das facetas da vida selvática, descrevendo certos tipos de relações comerciais que se verificam entre os nativos da Nova Guiné. Este relato foi selecionado de material etnográfico que cobre toda a cultura tribal de um distrito. Sem dúvida, para que um trabalho etnográfico seja válido, é imprescindível que cubra a totalidade de todos os aspectos — social, cultural e psicológico — da comunidade; pois esses aspectos são de tal forma

interdependentes que um não pode ser estudado e entendido a não ser levando-se em consideração todos os demais. O leitor irá perceber claramente que, embora o tema principal desta pesquisa seja econômico — pois trata de empreendimentos e transações comerciais —, constantes referências serão feitas à organização social, aos rituais mágicos, à mitologia e folclore — enfim, a todos os demais aspectos da vida tribal, além do nosso tema principal.

A região geográfica de que tratamos neste volume limita-se à dos arquipélagos situados no extremo leste da Nova Guiné. Nela, um único distrito, o das ilhas Trobriand, constitui o objeto principal de nossa pesquisa. Este, entretanto foi estudado minuciosamente. Durante aproximadamente dois anos, e no decorrer de três expedições à Nova Guiné, vivi naquele arquipélago e, naturalmente, durante esse tempo, aprendi bem a sua língua. Fiz meu trabalho completamente sozinho, vivendo nas aldeias a maior parte do tempo. Tinha constantemente ante meus olhos a vida cotidiana dos nativos e, com isso, não me podiam passar despercebidas quaisquer ocorrências, mesmo acidentais: falecimentos, brigas, disputas, acontecimentos públicos e cerimoniais.

Na atual situação em que se acha a etnografia, quando ainda há muito por fazer no sentido de se estabelecerem as diretrizes e o escopo de nossas próximas pesquisas, é necessário que cada contribuição nova se justifique em diversos pontos. Deve revelar algum progresso metodológico; deve superar os limites das pesquisas anteriores, em amplitude, em profundidade ou em ambas; e, finalmente, apresentar seus resultados de maneira precisa, mas não insípida. O especialista interessado em metodologia irá encontrar, na Introdução, nas seções II-IX e no capítulo XVIII, uma exposição dos meus pontos de vista e esforços neste sentido. Ao leitor que se preocupa com os resultados da pesquisa mais do que com o processo pelo qual foram obtidos, apresento nos capítulos IV-XXI um relato das expedições do *Kula* e dos vários costumes e crenças que a ele se acham associados. O estudioso que se interessa não só pelas descrições, mas também pela pesquisa etnográfica que as fundamenta e pela definição precisa da instituição, encontrará a primeira dessas nos capítulos I e II, e a última no capítulo III.

Ao Sr. Robert Mond desejo expressar meus maiores agradecimentos. Graças à sua generosa doação, pude levar a efeito, durante muitos anos, a pesquisa da qual esta monografia representa apenas uma parcela. Ao Sr. Atlee Hunt, C. M. G., secretário do Departamento de Habitação e Territórios do governo australiano, quero expressar meu reconhecimento pelo auxílio financeiro que obtive através de seu departamento, e também pela grande colaboração que ele me ofereceu tão prontamente. Nas ilhas Trobriand, fui imensamente auxiliado pelo Sr. B. Hancock, negociante de pérolas, a quem sou grato não só pela assistência e serviços a mim prestados, mas também pelas grandes provas de amizade que dele recebi.

Pude aperfeiçoar muito dos meus argumentos neste livro através da crítica feita por um amigo meu, o Sr. Paul Khuner, de Viena, especialista nos negócios práticos da indústria moderna e pensador altamente qualificado em assuntos econômicos. O Professor L. T. Hobhouse pacientemente leu o manuscrito, dando-me conselhos valiosos sobre diversos pontos.

Sir James Frazer, com seu prefácio, engrandece o valor deste livro muito além de seu mérito; é não só uma grande honra e de grande proveito tê-lo como autor do prefácio, mas também especial satisfação, pois minha paixão pela etnologia associa-se em sua origem à leitura de seu livro *Golden Bough (O Ramo Dourado)*, na época em sua segunda edição.

Por último, desejo mencionar o nome não menos importante do Professor C. G. Seligman, a quem dedico este livro. A ele devo a iniciativa de minha expe-

dição; e a ele, mais do que posso expressar com palavras, sou especialmente grato pelo incentivo e aconselhamento científico que me deu tão generosamente no transcorrer de minhas pesquisas na Nova Guiné.

B. M.

*El Boquin,
Icod de Los Vinos,
Tenerife,
abril de 1921.*

AGRADECIMENTOS

A pesquisa etnográfica, por sua própria natureza, exige que o pesquisador dependa da assistência e auxílio de outros, o que ocorre muito mais frequentemente na etnografia do que em outros ramos científicos. Desejo, portanto, expressar nestas páginas meu profundo agradecimento às muitas pessoas que me ajudaram. Financeiramente, como já consta no prefácio, minha maior dívida é para com o Sr. Robert Mond, que possibilitou meu trabalho ao conceder-me a bolsa de viagens "Robert Mond" (Universidade de Londres), de 250 libras esterlinas anuais, que recebi por um período de cinco anos (1914, 1917-1920). Fui substancialmente auxiliado, também, pela doação de 250 libras obtidas através dos esforços do Sr. Atlee Hunt, C. M. G., do Departamento de Habitação e Territórios da Austrália. Da Faculdade de Ciências Econômicas de Londres recebi a bolsa de estudos "Constance Hutchinson", de 100 libras anuais, pelo período de dois anos (1915-1916). O Professor Seligman, a quem muito devo nesta pesquisa e em tantos outros assuntos, além de ajudar-me a conseguir todas essas bolsas e doações, deu-me 100 libras de seu próprio bolso, destinadas aos gastos da expedição; presenteou-me, também, com uma máquina fotográfica, um fonógrafo, instrumentos antropométricos e vários aparelhos adequados à pesquisa etnográfica. A convite e sob os auspícios do governo australiano, estive na Austrália em 1914 com a Associação Britânica para o Desenvolvimento da Ciência.

Talvez seja de interesse a futuros pesquisadores de campo notar que minha pesquisa etnográfica se desenvolveu num período de seis anos (1914-1920); fiz três expedições diferentes à região onde desenvolvi meus trabalhos e — nos intervalos entre elas — analisei o material obtido e estudei a literatura etnográfica especializada de que dispunha na época. Para isso tudo, foram-me necessários pouco mais de 250 libras anuais. Pude custear com esse dinheiro não só as despesas de viagem e pesquisa — tais como passagens, soldo de criados nativos e pagamentos a intérpretes — mas também um bom número de espécimes etnográficos, parte dos quais foi doada ao Museu Melbourne sob o título de "Coleção Robert Mond". Nada disso teria sido possível se eu não tivesse, também, recebido a ajuda de residentes da Nova Guiné. Meu amigo, o Sr. B. Hancock, de Gusaweta, nas ilhas Trobriand, permitiu-me que usasse sua casa e sua loja como base para meus aparelhos e provisões; emprestou-me seu barco em ocasiões diversas e me proveu com um lar ao qual eu podia sempre voltar em caso de necessidade ou doença. Auxiliou-me no trabalho fotográfico, fornecendo-me, inclusive, um bom número de suas próprias chapas fotográficas, muitas das quais se encontram reproduzidas neste livro (ilustrações XV, XXXVII e L-LII).

Outros negociantes de pérolas e comerciantes das ilhas Trobriand foram também bastante pacientes comigo — de modo especial, o Sr. e a Sra. Raphael Brudo, de Paris; os Srs. C. e G. Auerbach; e o finado Sr. Mick George. Todos eles me ajudaram bastante em diversos aspectos do meu trabalho e ofereceram sua bondosa hospitalidade.

Durante os intervalos em Melbourne, fui grandemente auxiliado em meus estudos pelos funcionários da excelente Biblioteca Pública de Victoria; a todos eles expresso minha gratidão através do bibliotecário, Sr. E. La Touche Armstrong, meu amigo Sr. E. Pitt, o Sr. Cooke e outros.

Dois mapas e duas ilustrações acham-se aqui reproduzidos por gentil concessão do Professor Seligman, retirados que foram de seu livro *Os Melanésios da Nova Guiné Britânica*. Desejo, também, expressar meus agradecimentos ao Capitão T. A. Joyce, editor da revista *Man*, que me permitiu usar aqui fotos anteriormente publicadas naquele periódico.

O Sr. William Swan Stallybrass, Diretor Gerente Senior, da editora Geo. Routledge & Sons, Ltd., não poupou esforços no sentido de certificar-se de que todas as minhas indicações referentes a detalhes científicos fossem seguidas à risca na publicação deste livro. A ele, portanto, desejo também manifestar meu sincero agradecimento.

Nota fonética

Os nomes e vocábulos nativos empregados neste texto seguem a regras simples de pronúncia, conforme recomendação da Sociedade Geográfica Real e do Instituto Antropológico Real. As vogais devem ser pronunciadas como em italiano, e as consoantes como em inglês. Esta grafia é bastante adequada para reproduzir razoavelmente bem os sons das línguas da Nova Guiné. O apóstrofo colocado entre duas vogais indica que estas se devem pronunciar separadamente, *i. e.*, não formam ditongo. Na maioria dos casos, acentua-se a penúltima, raramente a antepenúltima sílaba. Todas as sílabas devem ser anunciadas com clareza e precisão.

INTRODUÇÃO

Tema, método e objetivo desta pesquisa

I

Com raras exceções, as populações costeiras das ilhas do sul do Pacífico são — ou foram, antes de sua extinção — constituídas de hábeis navegadores e comerciantes. Muitas delas produziram excelentes variedades de canoas grandes para navegação marítima, usadas em expedições comerciais a lugares distantes ou incursões de guerra ou conquistas. Os papua-melanésios, habitantes da costa e das ilhas periféricas da Nova Guiné, não são exceção a esta regra. São todos, de maneira geral, navegadores destemidos, artesãos laboriosos, comerciantes perspicazes. Os centros de manufatura de artigos importantes — tais como artefatos de cerâmica, implementos de pedra, canoas, cestas finas e ornamentos de valor — encontram-se em localidades diversas, de acordo com a habilidade dos habitantes, a tradição herdada por cada tribo e as facilidades especiais existentes em cada distrito. Destes centros os artigos manufaturados são transportados a diversos locais, por vezes a centenas de milhas de distância, a fim de serem comercializados.

Encontram-se, entre as várias tribos, formas bem definidas de comércio ao longo de rotas comerciais específicas. Entre os motu de Port Moresby e as tribos do golfo Papua encontra-se uma das mais notáveis formas de comércio. Os motu navegam centenas de milhas em suas toscas e pesadas canoas, chamadas *lakatoi*, munidas das características velas em forma de “pinça de caranguejo”. Trazem artefatos de cerâmica e ornamentos feitos de conchas e, em épocas anteriores, lâminas de pedra aos habitantes do golfo Papua, deles obtendo em troca o sagu³ e os pesados troncos escavados que são mais tarde usados pelos motu na construção de suas canoas *lakatoi*.⁴

Mais para o leste, na costa sul, vivem os mailu, população laboriosa e navegadora que, através de expedições feitas anualmente, servem de elo entre o extremo leste da Nova Guiné e as tribos da costa central.⁵

Há, finalmente, os nativos das ilhas e arquipélagos, espalhados no extremo leste que também se encontram em constantes relações comerciais uns com os outros. No livro do Professor Seligman o leitor encontrará uma excelente descrição sobre o assunto, especialmente no que se refere às rotas comerciais mais próximas existentes entre as várias ilhas habitadas pelos massim meridionais.⁶ A par desse tipo de comércio, existe entretanto outro sistema, bastante extenso e altamente complexo, que abrange, em suas ramificações, não só as ilhas próximas

³ O sagu é uma espécie de goma preparada com a polpa de determinados tipos de palmeira e usada na confecção de pudins, etc. (N. do T.)

⁴ Essas expedições, a que os motu chamam de *hiri*, são narradas com precisão e admirável riqueza de detalhes pelo Capitão F. Barton, no livro *The Melanésians of British New Guinea*, de autoria do Professor C. G. Seligman (capítulo VIII, Cambridge, 1910).

⁵ Cf. Malinowski, Bronislaw, “The Mailu”, em *Transactions of the Royal Society of South Australia*, 1915; capítulo IV, pp. 612-629.

⁶ *Op. cit.*, capítulo XL.

ao extremo leste da Nova Guiné, mas também as Lusíadas, a ilha de Woodlark, o arquipélago de Trobriand, e o grupo d'Entrecasteaux; penetra no interior da Nova Guiné e exerce influência indireta sobre vários distritos circunvizinhos, tais como a ilha de Rossel e algumas porções dos litorais sul e norte da Nova Guiné. Esse sistema de comércio, o *Kula*, é o que me proponho a descrever neste volume e como veremos mais adiante, trata-se de um fenômeno econômico de considerável importância teórica. Ele assume uma importância fundamental na vida tribal e sua importância é plenamente reconhecida pelos nativos que vivem no seu círculo, cujas idéias, ambições, desejos e vaidade estão intimamente relacionadas ao *Kula*.

II

Antes de iniciarmos aqui o relato sobre o *Kula*, será interessante apresentar uma descrição dos métodos utilizados na coleta do material etnográfico. Os resultados da pesquisa científica, em qualquer ramo do conhecimento humano, devem ser apresentados de maneira clara e absolutamente honesta. Ninguém sonharia em fazer uma contribuição às ciências físicas ou químicas sem apresentar um relato detalhado de todos os arranjos experimentais, uma descrição exata dos aparelhos utilizados, a maneira pela qual se conduziram as observações, o número de observações, o tempo a elas devotado e, finalmente, o grau de aproximação com que se realizou cada uma das medidas. Nas ciências menos exatas, tais como a biologia e a geologia, isso não se pode fazer com igual rigor; mas os estudiosos dessas ciências não medem esforços no sentido de fornecer ao leitor todos os dados e condições em que se processou o experimento e se fizeram as observações. A etnografia, ciência em que o relato honesto de todos os dados é talvez ainda mais necessário que em outras ciências, infelizmente nem sempre contou no passado com um grau suficiente deste tipo de generosidade. Muitos dos seus autores não utilizam plenamente o recurso da sinceridade metodológica ao manipular os fatos e apresentam-nos ao leitor como que extraídos do nada.

Facilmente poderíamos citar muitas obras de grande reputação e cunho aparentemente científico, nas quais se fazem as mais amplas generalizações, sem que os autores nos revelem algo sobre as experiências concretas que os levaram às suas conclusões. Em obras desse tipo, não há nenhum capítulo ou parágrafo destinado ao relato das condições sob as quais foram feitas as observações e coletadas as informações. A meu ver, um trabalho etnográfico só terá valor científico irrefutável se nos permitir distinguir claramente, de um lado, os resultados da observação direta e das declarações e interpretações nativas e, de outro, as inferências do autor, baseadas em seu próprio bom-senso e intuição psicológica.⁷ O resumo que apresento mais adiante (seção VI deste capítulo) ilustra a linha de pesquisa a ser observada. É necessária a apresentação desses dados para que os leitores possam avaliar com precisão, num passar de olhos, quão familiarizado está o autor com os fatos que descreve e sob que condições obteve as informações dos nativos.

Nas ciências históricas, como já foi dito, ninguém pode ser visto com seriedade se fizer mistério de suas fontes e falar do passado como se o conhecesse por adivinhação. Na etnografia, o autor é, ao mesmo tempo, o seu próprio cronista e historiador; suas fontes de informação são, indubitavelmente, bastante

acessíveis, mas também extremamente enganosas e complexas; não estão incorporadas a documentos materiais fixos, mas sim ao comportamento e memória de seres humanos. Na etnografia, é freqüentemente imensa a distância entre a apresentação final dos resultados da pesquisa e o material bruto das informações coletadas pelo pesquisador através de suas próprias observações, das asserções dos nativos, do caleidoscópio da vida tribal. O etnógrafo tem que percorrer esta distância ao longo dos anos laboriosos que transcorrem desde o momento em que pela primeira vez pisa numa praia nativa e faz as primeiras tentativas no sentido de comunicar-se com os habitantes da região, até à fase final dos seus estudos, quando redige a versão definitiva dos resultados obtidos. Uma breve apresentação acerca das tribulações de um etnógrafo — as mesmas por que passei — pode trazer mais luz à questão do que qualquer argumentação muito longa e abstrata.

III

Imagine-se o leitor sozinho, rodeado apenas de seu equipamento, numa praia tropical próxima a uma aldeia nativa, vendo a lancha ou o barco que o trouxe afastar-se no mar até desaparecer de vista. Tendo encontrado um lugar para morar no alojamento de algum homem branco — negociante ou missionário — você nada tem para fazer a não ser iniciar imediatamente seu trabalho etnográfico. Suponhamos, além disso, que você seja apenas um principiante, sem nenhuma experiência, sem roteiro e sem ninguém que o possa auxiliar — pois o homem branco está temporariamente ausente ou, então, não se dispõe a perder tempo com você. Isso descreve exatamente minha iniciação na pesquisa de campo, no litoral sul da Nova Guiné. Lembro-me bem das longas visitas que fiz às aldeias durante as primeiras semanas; do sentimento de desespero e desalento após inúmeras tentativas obstinadas mas inúteis para tentar estabelecer contato real com os nativos e deles conseguir material para a minha pesquisa. Passei por fases de grande desânimo, quando então me entregava à leitura de um romance qualquer, exatamente como um homem que, numa crise de depressão e tédio tropical, se entrega à bebida.

Imagine-se entrando pela primeira vez na aldeia, sozinho ou acompanhado de seu guia branco. Alguns dos nativos se reúnem ao seu redor — principalmente quando sentem cheiro de tabaco. Outros, os mais velhos e de maior dignidade, continuam sentados onde estão. Seu guia branco possui uma rotina própria para tratar os nativos; ele não compreende e nem se preocupa muito com a maneira como você, o etnógrafo, terá que aproximar-se deles. A primeira visita o enche da esperança de que, ao voltar sozinho, as coisas lhe serão mais fáceis. Era isso, pelo menos, que eu esperava.

Realmente, voltei como planejara. Logo reuniram-se os nativos ao meu redor. Trocamos alguns cumprimentos em inglês *pidgin*,^{*} dei-lhes um pouco de tabaco — e assim criou-se entre nós uma atmosfera de mútua cordialidade. Tentei, então, dar início ao meu trabalho. Primeiro, comecei por “fazer” tecnologia, a fim de não entrar diretamente em assuntos que pudessem levantar suspeitas entre os nativos. Alguns deles estavam absortos em suas ocupações, fabricando este ou aquele objeto. Foi fácil observá-los e deles obter os nomes dos instrumentos que estavam usando, e até mesmo algumas expressões técnicas relativas aos seus métodos de trabalho; mas ficou nisso o assunto. Devemos ter em mente que o inglês *pidgin* é um instrumento muito imperfeito como veículo de

⁷ No que diz respeito à metodologia, devemos à Cambridge School of Anthropology a introdução de critérios realmente científicos no tratamento do problema. Especialmente nas obras de Haddon, Rivers e Seligman há sempre perfeita distinção entre observação dos fatos e conclusões e nelas podemos claramente perceber sob que condições e circunstâncias foram realizadas as pesquisas.

* N. do revisor: Inglês modificado e simplificado usado como língua franca em diversas regiões do Pacífico.

comunicação. Até que se adquira prática em formular perguntas e entender respostas, tem-se a impressão desconfortável de que, através do inglês *pidgin*, jamais conseguiremos comunicar-nos livremente com os nativos. Assim sendo, no começo não me foi possível entrar em conversas mais explícitas ou detalhadas com os nativos. Eu sabia perfeitamente que a melhor solução para esse problema era coletar dados concretos, e, assim, passei a fazer um recenseamento da aldeia: anotei genealogias, esbocei alguns desenhos, fiz uma relação dos termos de parentesco. Isso tudo, porém, permanecia material "morto" que realmente não me podia levar a entender a verdadeira mentalidade e comportamento dos nativos, pois eu não conseguia obter deles nenhuma boa interpretação de quaisquer desses itens nem atingir o significado intrínseco da vida tribal. Quanto a obter suas idéias sobre religião e magia, suas crenças sobre feitiçaria e espíritos — nada disso parecia possível, exceto algumas noções sobre o seu folclore, noções essas muito distorcidas pelo fato de serem expressas em inglês *pidgin*.

As informações que me foram dadas por alguns dos moradores brancos do distrito, apesar de válidas para o meu trabalho, eram ainda mais decepcionantes. Os brancos, não obstante seus longos anos de contato com os nativos, e apesar da excelente oportunidade de observá-los e comunicar-se com eles, quase nada sabiam sobre eles. Como poderia eu, então, no prazo de apenas alguns meses, ou até mesmo de um ano, esperar conseguir mais que o homem branco da região? Além disso, o modo como meus informantes brancos se referiam aos nativos e expressavam suas opiniões revelava, naturalmente, mentes não disciplinadas e, portanto, não acostumadas a formular seus pensamentos com precisão e coerência. Ainda mais, em sua maioria, como era de esperar, esses homens tinham preconceitos e opiniões já sedimentadas, coisas essas inevitáveis no homem comum, seja ele administrador, missionário ou negociante, mas repulsivas àqueles que buscam uma visão objetiva e científica da realidade. O hábito de tratar com uma frivolidade mesclada de auto-satisfação tudo que é realmente importante para o etnógrafo, o menosprezo pelo que constitui para o pesquisador um tesouro científico, isto é, a independência e as peculiaridades mentais e culturais dos nativos, tudo isto, tão comum nos livros de amadores, eu encontrei no tom da maioria dos residentes brancos.⁸

De fato, em minha primeira pesquisa etnográfica no litoral sul, foi somente quando me vi só no distrito que pude começar a realizar algum progresso nos meus estudos e, de qualquer forma, descobri onde estava o segredo da pesquisa de campo eficaz. Qual é, então, esta magia do etnógrafo, com a qual ele consegue evocar o verdadeiro espírito dos nativos, numa visão autêntica da vida tribal? Como sempre, só se pode obter êxito através da aplicação sistemática e paciente de algumas regras de bom-senso assim como de princípios científicos bem conhecidos, e não pela descoberta de qualquer atalho maravilhoso que conduza ao resultado desejado, sem esforços e sem problemas. Os princípios metodológicos podem ser agrupados em três unidades: em primeiro lugar, é lógico, o pesquisador deve possuir objetivos genuinamente científicos e conhecer os valores e critérios da etnografia moderna. Em segundo lugar, deve o pesquisador assegurar boas condições de trabalho, o que significa, basicamente, viver mesmo entre os nativos, sem depender de outros brancos. Finalmente, deve ele aplicar certos métodos especiais de coleta, manipulação e registro da evidência. Algumas palavras são necessárias a respeito desses três fundamentos da pesquisa de campo. Começemos pelo segundo, o mais elementar dos três.

⁸ Devo dizer, entretanto, que houve exceções admiráveis: meus amigos Billy Hancock, nas ilhas Trobriand; o Sr. Raphael Brudo, também negociante de pérolas; e o missionário, Sr. M. K. Gilmour.

IV

Condições adequadas à pesquisa etnográfica. Como já dissemos, o pesquisador deve, antes de mais nada, procurar afastar-se da companhia de outros homens brancos, mantendo-se assim em contato o mais íntimo possível com os nativos. Isso realmente só se pode conseguir acampando dentro das próprias aldeias (veja fig. 1 e 2). É muito bom quando se pode manter uma base na residência de um homem branco, para guardar os suprimentos e saber que lá se pode obter proteção e refúgio em casos de doença ou no caso de estafa da vida nativa. Mas deve ser um local suficientemente longe para que não se transforme em lugar de residência permanente, do qual só se emerge em horas certas para "estudar a aldeia". Não deve sequer ser perto o suficiente para que se possa ir até ele a qualquer momento, em busca de distração. Os nativos, é verdade, não são os companheiros naturais do homem civilizado; após convivermos com eles durante longas horas, observando-os no trabalho do plantio e ouvindo-os discorrer sobre itens de seu folclore ou discutindo seus costumes, é natural que sintamos falta da companhia de nossos iguais. Mas, se nos encontramos sós na aldeia — ou, em outras palavras, sem a companhia do homem branco — podemos fazer um passeio solitário durante uma ou duas horas, voltar e, então, como acontece naturalmente, procurar a companhia dos próprios nativos, desta feita como lenitivo à solidão, como se faria com qualquer outra. Através deste relacionamento natural, aprendemos a conhecê-los, familiarizamo-nos com seus costumes e crenças de modo muito melhor do que quando dependemos de informantes pagos e, como freqüentemente acontece, entediados.

É enorme a diferença entre o relacionar-se esporadicamente com os nativos e estar efetivamente em contato com eles. Que significa estar em contato? Para o etnógrafo significa que sua vida na aldeia, no começo uma estranha aventura por vezes desagradável, por vezes interessantíssima, logo assume um caráter natural em plena harmonia com o ambiente que o rodeia.

Pouco depois de me haver fixado em Omarakana (ilhas Trobriand), comecei, de certo modo, a tomar parte na vida da aldeia; a antecipar com prazer os acontecimentos importantes e festivos; a assumir um interesse pessoal nas malecências e no desenvolvimento dos pequenos acontecimentos da aldeia; a acordar todas as manhãs para um dia em que minhas expectativas eram mais ou menos as mesmas que as dos nativos. Saía de meu mosquiteiro para encontrar ao meu redor os primeiros burburinhos da vida da aldeia, ou os nativos já trabalhando há várias horas, de acordo com o tempo e a época do ano, pois eles se levantam e começam seu trabalho às vezes cedo, às vezes tarde, conforme sua urgência. No meu passeio matinal pela aldeia, podia observar detalhes íntimos da vida familiar — os nativos fazendo sua toalete, cozinhando, comendo; podia observar os preparativos para os trabalhos do dia, as pessoas saindo para realizar suas tarefas; grupos de homens e mulheres ocupados em trabalhos de manufatura (veja fig. 3). Brigas, brincadeiras, cenas de família, incidentes geralmente triviais, às vezes dramáticos, mas sempre significativos, formavam a atmosfera da minha vida diária, tanto quanto a da deles. Com o passar do tempo, acostumados a ver-me constantemente, dia após dia, os nativos deixaram de demonstrar curiosidade ou alarma em relação à minha pessoa nem se sentiam tolhidos com minha presença — deixei de representar um elemento perturbador na vida tribal que devia estudar, alterando-a com minha aproximação, como sempre acontece com um estrangeiro em qualquer comunidade selvagem. Sabendo que eu metia o nariz em tudo, até mesmo nos assuntos em que um nativo bem educado jamais ousaria intrometer-se, os nativos realmente acabaram por aceitar-me como parte de sua

vida, como um mal necessário, como um aborrecimento mitigado por doações de tabaco.

Tudo o que se passava no decorrer do dia estava plenamente ao meu alcance e não podia, assim, escapar à minha observação. O alarma ante a aproximação do feiticeiro, à noite; uma ou duas brigas e questões realmente sérias, os casos de doença e as tentativas de cura; os falecimentos; os rituais de magia que deviam ser realizados — todas essas coisas ocorriam bem diante dos meus olhos e, por assim dizer, à soleira de minha porta (veja fig. 4); eu não precisava sair à procura delas, nem me preocupava com a possibilidade de perdê-las. Devo ressaltar que, se algo dramático ou importante ocorre, é imprescindível que o investiguemos imediatamente, no momento em que acontece, pois então os nativos naturalmente não podiam deixar de comentar o ocorrido, estando demasiado excitados para ser reticentes e demasiado interessados para ter preguiça mental de relatar os detalhes do incidente. Muitas e muitas vezes também cometi erros de etiqueta que os nativos, já bem acostumados comigo, me apontavam imediatamente. Tive de aprender a comportar-me como eles e desenvolvi uma certa percepção para aquilo que eles consideravam como “boas” ou “más” maneiras. Dessa forma, com a capacidade de aproveitar sua companhia e participar de alguns de seus jogos e divertimentos, fui começando a sentir que entrara realmente em contato com os nativos. Isso constitui, sem dúvida alguma, um dos requisitos preliminares essenciais à realização e ao bom êxito da pesquisa de campo.

V

Não é suficiente, todavia, que o etnógrafo coloque suas redes no local certo e fique à espera de que a caça caia nelas. Ele precisa ser um caçador ativo e atento, atraindo a caça, seguindo-a cautelosamente até a toca de mais difícil acesso. Isto exige o emprego de métodos mais eficazes na procura de fatos etnográficos. No fim da seção III falamos da necessidade de o etnógrafo inspirar-se nos resultados mais recentes do estudo científico, em seus princípios e objetivos. Não vou discorrer extensivamente sobre o assunto — desejo apenas fazer uma observação e, com ela, evitar a possibilidade de equívocos. Conhecer bem a teoria científica e estar a par de suas últimas descobertas não significa estar sobrecarregado de idéias preconcebidas. Se um homem parte numa expedição decidido a provar certas hipóteses e é incapaz de mudar seus pontos de vista constantemente, abandonado-os sem hesitar ante a pressão da evidência, sem dúvida seu trabalho será inútil. Mas, quanto maior for o número de problemas que leve consigo para o trabalho de campo, quanto mais esteja habituado a moldar suas teorias aos fatos e a decidir quão relevantes eles são às suas teorias, tanto mais estará bem equipado para o seu trabalho de pesquisa. As idéias preconcebidas são perniciosas a qualquer estudo científico; a capacidade de levantar problemas, no entanto, constitui uma das maiores virtudes do cientista — esses problemas são revelados ao observador através de seus estudos teóricos.

Em etnologia, os primeiros trabalhos de Bastian, Tylor, Morgan e dos *Völkerpsychologen* alemães reformularam as informações antigas e toscas de viajantes, missionários, etc., mostrando-nos quão importante à pesquisa é a aplicação de concepções mais profundas e o abandono dos conceitos primitivos e inadequados⁹

⁹ De acordo com a terminologia científica, uso aqui a palavra ETNOGRAFIA para descrever os resultados empíricos e descritivos da ciência do homem; e a palavra ETNOLOGIA para referir-me às teorias especulativas e comparativas.

Os conceitos de “fetichismo” e “culto ao demônio”, termos vazios de significado, foram suplantados pelo conceito de animismo. O entendimento e a utilização dos sistemas classificatórios de relações abriram novos caminhos às modernas e brilhantes pesquisas sobre a sociologia nativa, através dos trabalhos de pesquisa de campo realizados pelos cientistas de Cambridge. A análise psicológica introduzida pelos pensadores alemães tornou possíveis as valiosas informações conseguidas pelas recentes expedições alemãs à África, à América do Sul e ao Pacífico. Simultaneamente, o trabalho teórico de Frazer, Durkheim e outros já inspirou e por muito tempo continuará a inspirar os pesquisadores de campo, conduzindo-os a novas descobertas. O pesquisador de campo depende inteiramente da inspiração que lhe oferecem os estudos teóricos. É certamente possível que ele próprio seja também um pensador teórico; nesse caso, encontrará em si próprio todo o estímulo à sua pesquisa. Mas as duas funções são bem distintas uma da outra, e na pesquisa propriamente dita devem ser separadas tanto cronologicamente quanto em condições de trabalho.

Como geralmente acontece quando o interesse científico se volta para um campo explorado apenas pela curiosidade de amadores, a etnologia trouxe leis e ordem àquilo que parecia caótico e anômalo. Transformou o extraordinário, inexplicável e primitivo mundo dos “selvagens” numa série de comunidades bem organizadas, regidas por leis, agindo e pensando de acordo com princípios coerentes. A palavra “selvagem”, qualquer que tenha sido sua acepção primitiva, conota liberdade ilimitada, algo irregular, mas extremamente, extraordinariamente original. A idéia geral que se faz é a de que os nativos vivem no seio da natureza, fazendo mais ou menos aquilo que podem e querem, mas presos a crenças e apreensões irregulares e fantasmagóricas. A ciência moderna, porém, nos mostra que as sociedades nativas têm uma organização bem definida, são governadas por leis, autoridade e ordem em suas relações públicas e particulares, e que estão, além de tudo, sob o controle de laços extremamente complexos de raça e parentesco. De fato, podemos constatar nas sociedades nativas a existência de um entrelaçado de deveres, funções e privilégios intimamente associados a uma organização tribal, comunitária e familiar bastante complexa (veja fig. 4). As suas crenças e costumes são coerentes, e o conhecimento que os nativos têm do mundo exterior lhes é suficiente para guiá-los em suas diversas atividades e empreendimentos. Suas produções artísticas são prenhes de sentido e beleza.

Estamos hoje muito longe da afirmação feita há muitos anos por uma célebre autoridade que, ao responder uma pergunta sobre as maneiras e os costumes dos nativos, afirmou: “Nenhum costume, maneiras horríveis”. Bem diversa é a posição do etnógrafo moderno que, armado com seus quadros de termos de parentesco, gráficos genealógicos, mapas, planos e diagramas, prova a existência de uma vasta organização nativa, demonstra a constituição da tribo, do clã e da família e apresenta-nos um nativo sujeito a um código de comportamento e de boas maneiras tão rigoroso que, em comparação, a vida nas cortes de Versalhes e do Escorial parece bastante informal¹⁰.

¹⁰ O legendário “velho autor” que julgou os nativos bestiais e destituídos de costumes é ultrapassado: em suas idéias por um autor moderno que, ao referir-se aos nativos da tribo dos massim do sul, com os quais conviveu e trabalhou “em contato íntimo” durante muitos anos, afirma: “... Ensinamos a homens sem lei a obediência; aos brutos, o amor; aos selvagens, a civilização”. Em seguida, afirma também: “Guiado, em sua conduta, apenas por tendências e instintos, e governado por suas paixões irrefreadas...” “Sem leis, desumano e selvagem!” Uma deformação mais grosseira da realidade não poderia ter sido inventada por alguém que desejasse parodiar o ponto de vista missionário. As setenças entre aspas foram transcritas da obra *Savage Life in New Guinea*, não datada, de autoria do Reverendo C. W. Abel, da London Missionary Society.

O objetivo fundamental da pesquisa etnográfica de campo é, portanto, estabelecer o contorno firme e claro da constituição tribal e delinear as leis e os padrões de todos os fenômenos culturais, isolando-os de fatos irrelevantes. É necessário, em primeiro lugar, descobrir-se o esquema básico da vida tribal. Este objetivo exige que se apresente, antes de mais nada, um levantamento geral de todos os fenômenos, e não um mero inventário das coisas singulares e sensacionais — e muito menos ainda daquilo que parece original e engraçado. Foi-se o tempo em que se aceitavam relatos nos quais o nativo aparecia como uma caricatura infantil do ser humano. Relatos desse tipo são falsos — e, como tal, a ciência os rejeita inteiramente. O etnógrafo de campo deve analisar com seriedade e moderação todos os fenômenos que caracterizam cada aspecto da cultura tribal sem privilegiar aqueles que lhe causam admiração ou estranheza em detrimento dos fatos comuns e rotineiros. Devê, ao mesmo tempo, perscrutar a cultura nativa *na totalidade de seus aspectos*. A lei, a ordem e a coerência que prevalecem em cada um desses aspectos são as mesmas que os unem e fazem deles um todo coerente.

O etnógrafo que se propõe estudar apenas a religião, ou somente a tecnologia, ou ainda exclusivamente a organização social, estabelece um campo de pesquisa artificial e acaba por prejudicar seriamente seu trabalho.

VI

Estabelecido esse princípio geral, passemos agora a considerações mais detalhadas sobre metodologia. Na pesquisa de campo, como acabamos de dizer, o etnógrafo tem o dever e a responsabilidade de estabelecer todas as leis e regularidades que regem a vida tribal, tudo que é permanente e fixo; apresentar a anatomia da cultura e descrever a constituição social. Mas estes elementos, apesar de cristalizados e permanentes, não se encontram *formulados* em lugar nenhum. Não há códigos de lei, escritos ou expressos explicitamente; toda a tradição tribal e sua estrutura social inteira estão incorporadas ao mais elusivo dos materiais: o próprio ser humano. Mas nem mesmo na mente ou na memória do nativo se podem encontrar estas leis definitivamente formuladas. Os nativos obedecem às ordens e à força do código tribal, mas não as entendem, do mesmo modo como obedecem a seus próprios instintos e impulsos, embora sejam incapazes de formular qualquer lei da psicologia. As regularidades existentes nas instituições nativas são resultado automático da ação recíproca das forças mentais da tradição e das condições materiais do meio ambiente. Da mesma forma que os membros mais humildes de qualquer instituição moderna — seja o Estado, a Igreja, o Exército, etc. — *pertencem a ela e nela se encontram*, sem ter visão da ação integral do todo e, menos ainda, sem poder fornecer detalhes de sua organização, seria inútil interpellar o nativo em termos sociológicos abstratos. A única diferença, no caso, é que cada uma das instituições da sociedade civilizada possui, em seu meio, elementos inteligentes, historiadores, arquivos e documentos; no caso da sociedade nativa, nada disso existe. Depois que se constata essa dificuldade, é necessário que se procure um recurso através do qual superá-la. O recurso para o etnógrafo é coletar dados concretos sobre todos os fatos observados e através disso formular as inferências gerais. Este princípio parece ser muito simples e evidente; mas a verdade é que não foi descoberto, ou pelo menos utilizado, na etnografia até o aparecimento das primeiras pesquisas de campo feitas pelos homens de ciência. Além disso, na prática, é muito difícil planejar-se a aplicação efetiva desse método e desenvolvê-lo de maneira sistemática e coerente.

Embora os nativos jamais nos possam fornecer regras gerais e abstratas, há sempre a possibilidade de os interpellarmos sobre a solução que dariam a determinados problemas. Assim, por exemplo, se quisermos saber seu modo de tratar

ou punir os criminosos, uma pergunta direta, do tipo “Como são tratados e punidos os criminosos?” é inútil — e, além de tudo, impraticável, pois que não existem na linguagem nativa, ou mesmo no inglês *pidgin*, palavras adequadas com que expressá-la. Mas um incidente imaginário — ou, melhor ainda, uma ocorrência real, estimula o nativo a expressar sua opinião e a fornecer muitas informações. Com efeito, um fato realmente ocorrido incita os nativos a uma série de comentários, neles evocando expressões de indignação, fazendo com que se dividam em suas opiniões e, provavelmente, em tudo isso iremos não só encontrar uma grande variedade de pontos de vista já formados e censuras morais bem definidas, mas também descobrir o mecanismo social ativado pelo crime em questão. A partir daí é fácil levá-los a falar sobre outros casos semelhantes, a lembrar-se de outros acontecimentos, a discuti-los em todos os seus aspectos e implicações. Deste material, que deve cobrir o maior número possível de fatos, a inferência é obtida por simples indução. O tratamento científico difere do senso comum, primeiro, pelo fato de que o cientista se empenha em continuar sua pesquisa sistemática e metodicamente, até que ela esteja completa e contenha, assim, o maior número possível de detalhes; segundo, porque, dispondo de um cabedal científico, o investigador tem a capacidade de conduzir a pesquisa através de linhas de efetiva relevância e a objetivos realmente importantes. Com efeito, o treinamento científico tem por finalidade fornecer ao pesquisador um “esquema mental” que lhe sirva de apoio e permita estabelecer o roteiro a seguir em seus trabalhos.

Voltando ao nosso exemplo: através da discussão, com os nativos, de uma série de fatos realmente ocorridos, o etnógrafo tem a oportunidade de conhecer bem o mecanismo social ativado, por exemplo, no processo de punição de um crime. Isso constitui uma das partes ou aspectos da autoridade tribal. Imagine-mos também que, através de métodos indutivos, análogos ao anterior e baseados em dados concretos e específicos, o pesquisador passe a entender diferentes aspectos da vida nativa tais como a liderança na guerra, nos empreendimentos econômicos, nas festividades da tribo; nisso tudo ele terá os dados necessários para formular teorias relativas ao governo e autoridade social tribal. Na prática, a comparação dos diversos dados assim obtidos, a tentativa de reuni-los num todo coerente, revela muitas vezes lacunas e falhas na informação que nos levam a novas investigações.

Com base em minha própria experiência, posso afirmar que muitas vezes, somente ao fazer um esboço preliminar dos resultados de um problema aparentemente resolvido, fixado e esclarecido, é que eu deparava com enormes deficiências em meu estudo — deficiências essas que indicavam a existência de problemas até então desconhecidos e me forçavam a novas investigações. Com efeito, passei alguns meses, no intervalo entre minha primeira e segunda expedições — e bem mais de um ano entre a segunda e a terceira — revendo o material todo que tinha em mãos e preparando, inclusive, algumas porções dele para publicação, mesmo ciente, a cada passo, de que teria de reescrevê-lo. Essa dupla atividade de trabalho construtivo e observação foi-me bastante valiosa e, sem ela, não creio que teria conseguido progredir em minha pesquisa. Faço este pequeno aparte com relação ao desenvolvimento de meus trabalhos apenas para mostrar ao leitor que tudo o que até agora venho afirmando está longe de ser um programa vazio — é, muito pelo contrário, o resultado de experiências vividas. No presente volume, faço uma descrição do *Kula*, instituição nativa dotada de uma enorme variedade de aspectos e associada a um sem-número de atividades. Aos que refletirem um pouco sobre o assunto, ficará claro que as informações a respeito de um fenômeno tão complexo e de tantas ramificações como o *Kula* não poderiam ser completas e exatas não fosse pela constante inter-relação entre esforços construtivos e testes empíricos. Com efeito, fiz esboços da instituição do *Kula* pelo

menos uma meia dúzia de vezes, não só durante minha pesquisa *in loco*, mas também nos intervalos entre uma e outra expedição. A cada nova tentativa, novos problemas e dificuldades apareciam.

A coleta de dados referentes a um grande número de fatos é, pois, uma das fases principais da pesquisa de campo. Nossa responsabilidade não se deve limitar à enumeração de alguns exemplos apenas; mas sim, obrigatoriamente, ao levantamento, na medida do possível exaustivo, de todos os fatos ao nosso alcance. Na busca desses fatos, terá mais êxito o pesquisador cujo "esquema mental" for mais lúcido e completo. Sempre que o material da pesquisa o permitir, esse "esquema mental" deve, todavia, transformar-se num "esquema real" — ou seja, materializar-se na forma de diagramas, planos de estudo e pesquisa e quadros sinóticos completos. Há já bastante tempo esperamos encontrar, em todos os bons livros atuais sobre a vida nativa, uma lista completa ou um quadro de termos de parentesco que inclua todos os dados relevantes, e não apenas a seleção de algumas expressões de parentesco ou relações genealógicas anômalas. Nas investigações sobre parentesco, o estudo consecutivo das relações de um indivíduo para outro, em casos concretos, leva naturalmente à construção de gráficos genealógicos. Esse método, posto em prática já pelos melhores escritores antigos — tais como Munzinger e, se não me falha a memória, Kubary — encontrou máximo desenvolvimento nos trabalhos do Dr. Rivers. Também no caso das transações econômicas, em estudos feitos com o objetivo de traçar as origens de um objeto de valor e aferir a natureza de sua circulação, de igual forma devemos estudar, exaustivamente, todos os dados concretos — o que nos levaria à construção de quadros sinóticos das transações, tais quais os encontramos na obra do Professor Seligman.¹¹ Foi seguindo o exemplo do Professor Seligman neste assunto que consegui decifrar alguns dos princípios mais difíceis e complicados do *Kula*. Esse método de se condensarem em mapas ou quadros sinóticos os dados de informação, deve sempre, na medida do possível, ser aplicado ao estudo de praticamente todos os aspectos da vida nativa. Todos os tipos de transações econômicas podem ser estudados analisando-se dados concretos, relacionando-os uns aos outros e colocando-os em quadros sinóticos. Da mesma forma, deve-se fazer um quadro sinótico de todos os presentes que costumeiramente se fazem numa determinada comunidade nativa, incluindo-se nele a definição sociológica, cerimonial e econômica referente a cada item. Do mesmo modo, sistemas mágicos, séries de cerimônias interligadas, tipos de ações legais — todos devem ser colocados em quadros deste tipo, cada item sendo classificado sob diversos títulos. Além dos quadros sinóticos, é óbvio, são documentos fundamentais da pesquisa etnográfica: o recenseamento genealógico de cada comunidade, na forma de estudos detalhados; mapas, esquemas e diagramas ilustrando a posse da terra de cultivo, privilégios de caça e pesca, etc.

Uma genealogia nada mais é do que o quadro sinótico de um determinado grupo de relações de parentesco interligadas. Seu valor como instrumento de pesquisa reside no fato de que ela permite formular questões que o pesquisador levanta a si mesmo *in abstracto*, mas faz ao nativo de maneira concreta. Seu valor como documento etnográfico reside no fato de que abrange uma série de dados autenticados, dispostos em seu arranjo natural. Um quadro sinótico sobre a magia serve à mesma função. Como instrumentos de pesquisa, tenho-os utilizado, por exemplo, para descobrir o que pensam os nativos com referência à natureza do poder mágico. Com um esquema à frente, eu conseguia analisar facilmente os itens, uns após os outros, fazendo anotações sobre as crenças e práticas rele-

¹¹ Por exemplo, os quadros sinóticos relativos à circulação das valiosas lâminas de machado, *op. cit.*, pp. 531 e 532.

vantes contidas em cada um deles. A resposta aos meus problemas abstratos eu a obtinha através de inferência a partir do conjunto de casos. Os capítulos XVII e XVIII ilustram esse método.¹² Não me posso aprofundar na discussão deste assunto, pois que, para isso, precisaria fazer novas distinções, tais como as existentes entre um mapa de dados reais e concretos (uma genealogia, por exemplo) e um mapa em que se resumem as características de determinada crença ou costume nativo (por exemplo, um mapa do sistema mágico).

Voltando uma vez mais à questão metodológica discutida na seção II, quero chamar a atenção do leitor para o fato de que o método de apresentação de dados concretos sob a forma de quadros sinóticos deve, antes de mais nada, ser aplicado às credenciais do etnógrafo. Em outras palavras, o etnógrafo que deseja merecer confiança deve distinguir, de maneira clara e concisa, sob a forma de um quadro sinótico, entre os resultados de suas observações diretas e de informações que recebeu indiretamente — pois seu relato inclui ambas. O quadro que apresentamos a seguir servirá como ilustração desse procedimento e auxiliará o leitor a julgar da fidedignidade de quaisquer asserções em que tenha particular interesse. Por meio desse quadro e das demais referências feitas no texto, ao modo, às circunstâncias e ao grau de precisão com que cheguei a determinadas conclusões, espero, não restarão dúvidas quanto à autenticidade das fontes de meu estudo.

Resumindo aqui a primeira e principal questão metodológica, posso dizer que cada fenômeno deve ser estudado a partir do maior número possível de suas manifestações concretas; cada um deve ser estudado através de um levantamento exaustivo de exemplos detalhados. Quando possível, os resultados obtidos através dessa análise devem ser dispostos na forma de um quadro sinótico, o qual então será utilizado como instrumento de estudos e apresentado como documento etnológico. Por meio de documentos como esse e através do estudo de fatos concretos, é possível apresentar um esboço claro e minucioso da estrutura da cultura nativa, em seu sentido mais lato, e da sua constituição social. Esse método pode chamar-se *método de documentação estatística por evidência concreta*.

VII

Desnecessário é dizermos que, neste particular, a pesquisa de campo realizada em moldes científicos supera, e muito, quaisquer trabalhos de amadores. Há, todavia, um aspecto em que o trabalho de amadores freqüentemente se sobressai: em sua apresentação de fatos íntimos da vida nativa, de certas facetas com as quais só nos podemos familiarizar através de um contato muito estreito com os nativos durante um longo período de tempo. Em certos tipos de pesquisa científica — especialmente o que se costuma chamar de "levantamento de dados", ou *survey* — é possível apresentar, por assim dizer, um excelente esqueleto da constituição tribal, mas ao qual faltam carne e sangue. Aprendemos muito a respeito da estrutura social nativa mas não conseguimos perceber ou imaginar a realidade da vida humana, o fluxo regular dos acontecimentos cotidianos, as ocasionais demonstrações de excitação em relação a uma festa, cerimônia ou fato peculiar. Ao desvendar as regras e regularidades dos costumes nativos, e ao obter do con-

¹² Neste volume, além do quadro apresentado a seguir — o qual, aliás, não pertence integralmente à classe dos documentos a que me refiro — o leitor encontrará apenas algumas amostras de quadros sinóticos: por exemplo, a lista de parceiros do *Kula* (mencionada e analisada no capítulo XIII, seção II); a lista de oferendas e presentes descrita (capítulo VI, seção VI), mas não apresentada sob a forma de quadro sinótico; o quadro sinótico dos dados referentes a uma das expedições do *Kula* (capítulo XVI), e o quadro dos rituais mágicos relacionados ao *Kula* (capítulo XVII). Decidi não sobrecarregar o presente volume com quadros, mapas, etc., pois os estou reservando para uma futura publicação completa do meu material.

LISTA CRONOLÓGICA DE ACONTECIMENTOS REFERENTES AO *KULA*,
TESTEMUNHADOS PELO AUTOR

PRIMEIRA EXPEDIÇÃO. Agosto de 1914 — março de 1915.

Março de 1915. Na Aldeia de Dikoyas (ilha Woodlark), foram observadas algumas oferendas cerimoniais. Obtidas algumas informações preliminares.

SEGUNDA EXPEDIÇÃO. Maio de 1915 — maio de 1916.

Junho de 1915. Uma expedição *kabigidoya* chega a Kiriwina, proveniente de Vakuta. Observei ancoragem em Kavataria. Encontrei-me com os visitantes em Omarakana, onde recolhi informações.

Julho de 1915. Algumas comitivas provenientes de Kitava chegam à praia de Kaulukuba. Examinei os visitantes em Omarakana. Pude recolher muita informação nessa época.

Setembro de 1915. Tentativa frustrada de embarcar com To'uluwa, chefe de Omarakana, rumo a Kitava.

Outubro — novembro de 1915. Observei em Kiriwina as partidas de três expedições com destino a Kitava. Em cada uma dessas ocasiões, To'uluwa trouxe de volta um carregamento de *mwali* (braceletes de concha).

Novembro de 1915 — março de 1916. Preparativos para a grande expedição ultramarina de Kiriwina às ilhas Marshall Bennett. Construção de uma canoa; reforma de outra; confecção de velas em Omarakana; lançamento; *tasasoria* na praia de Kaulukuba. Simultaneamente obtinha informações a respeito desses assuntos e assuntos afins. Pude obter alguns textos de magia referentes à construção de canoas e à magia do *Kula*.

TERCEIRA EXPEDIÇÃO. Outubro de 1917 — outubro de 1918.

Novembro de 1917 — dezembro de 1917. O *Kula* interno; alguns dados obtidos em Tukwaukwa.

Dezembro de 1917 — fevereiro de 1918. Comitivas provenientes de Kitava chegam a Wawela. Recolhi dados sobre o *yoyova*. Consegui obter a magia e os encantamentos do *Kaygau*.

Março de 1918. Preparativos em Sanaroa; preparativos nas ilhas Amphlett; a frota de Dobu chega às ilhas Amphlett. A expedição *uvalaku*, proveniente de Dobu, acompanhada até Boyowa.

Abril de 1918. Chegada e recepção dessa expedição em Sinaketa; as transações do *Kula*; a grande reunião das duas tribos. Obtidas algumas fórmulas mágicas.

Maio de 1918. Observei em Vakuta uma comitiva proveniente de Kitava.

Junho — julho de 1918. Em Omarakana, verifiquei e ampliei informações sobre os costumes e a magia relativos ao *Kula*, especialmente no que se refere às suas ramificações no leste.

Agosto — setembro de 1918. Textos mágicos obtidos em Sinaketa.

Outubro de 1918. Recolhimento de informações fornecidas por alguns nativos em Dobu e no distrito *massim* do Sul (examinados em Samarai).

junto de fatos e de asserções nativas uma fórmula exata que os traduza, verificamos que esta própria precisão é estranha à vida real, a qual jamais adere rigidamente a nenhuma regra. Os princípios precisam ser suplementados por dados referentes ao modo como um determinado costume é seguido, ao comportamento dos nativos na obediência às regras que o etnógrafo formulou com tanta precisão e às próprias exceções tão comuns nos fenômenos sociológicos.

Se todas as conclusões forem baseadas única e exclusivamente no relato de informantes ou, então, inferidas de documentos objetivos, será logicamente impossível suplementá-las com dados de comportamento real. Eis o motivo por que certos trabalhos de amadores que viveram muitos anos entre os nativos — tais como negociantes e fazendeiros instruídos, médicos e funcionários e, finalmente (mas não menos importantes), os poucos missionários inteligentes e de mentalidade aberta aos quais a etnografia deve tanto — superam em plasticidade e vividez a maioria dos relatos estritamente científicos. Desde que, porém, o pesquisador especializado possa adotar as condições de vida acima descritas, estará muito mais habilitado a entrar em contato íntimo com os nativos do que qualquer residente branco da região. Nenhum dos residentes brancos realmente vive numa aldeia nativa, a não ser por breves períodos de tempo; além disso, cada um deles tem os seus próprios afazeres e negócios, que lhes tomam grande parte do tempo. Além do mais, quando um negociante, funcionário ou missionário estabelece relações ativas com os nativos é para transformá-los, influenciá-los, ou usá-los, o que torna impossível uma observação verdadeiramente imparcial e objetiva e impede um contato aberto e sincero — pelo menos quando se trata de missionários e oficiais.

Vivendo na aldeia, sem quaisquer responsabilidades que não a de observar a vida nativa, o etnógrafo vê os costumes, cerimônias, transações, etc., muitas e muitas vezes; obtém exemplos de suas crenças, tais como os nativos realmente as vivem. Então, a carne e o sangue da vida nativa real preenchem o esqueleto vazio das construções abstratas. É por esta razão que o etnógrafo, trabalhando em condições como as que vimos descrevendo, é capaz de adicionar algo essencial ao esboço simplificado da constituição tribal, suplementando-o com todos os detalhes referentes ao comportamento, ao meio ambiente e aos pequenos incidentes comuns. Ele é capaz, em cada caso, de estabelecer a diferença entre os atos públicos e privados; de saber como os nativos se comportam em suas reuniões ou assembléias públicas e que aparência elas têm; de distinguir entre um fato corriqueiro e uma ocorrência singular ou extraordinária; de saber se os nativos agem em determinada ocorrência com sinceridade e pureza de alma, ou se a consideram apenas como uma brincadeira; se dela participam com total desinteresse, ou com dedicação e fervor.

Em outras palavras, há uma série de fenômenos de suma importância que de forma alguma podem ser registrados apenas com o auxílio de questionários ou documentos estatísticos, mas devem ser observados em sua plena realidade. A esses fenômenos podemos dar o nome de *os imponderáveis da vida real*. Pertencem a essa classe de fenômenos: a rotina do trabalho diário do nativo; os detalhes de seus cuidados corporais; o modo como prepara a comida e se alimenta; o tom das conversas e da vida social ao redor das fogueiras; a existência de hostilidade ou de fortes laços de amizade, as simpatias ou aversões momentâneas entre as pessoas; a maneira sutil, porém inconfundível, como a vaidade e a ambição pessoal se refletem no comportamento de um indivíduo e nas reações emocionais daqueles que o cercam. Todos esses fatos podem e devem ser formulados cientificamente e registrados; entretanto, é preciso que isso não se transforme numa simples anotação superficial de detalhes, como usualmente é feito por observadores comuns, mas seja acompanhado de um esforço para atingir a atitude men-

tal que neles se expressa. É esse o motivo por que o trabalho de observadores cientificamente treinados, aplicado ao estudo consciencioso dessa categoria de fatos, poderá, acredito, trazer resultados de inestimável valor. Até o presente, esse tipo de trabalho vem sendo feito apenas por amadores — e de maneira geral, portanto, com resultados medíocres.

Com efeito, se nos lembrarmos de que esses fatos imponderáveis, porém importantíssimos, da vida real são parte integrante da essência da vida grupal, se nos lembrarmos de que neles estão entrelaçados os numerosos fios que vinculam a família, o clã, a aldeia e a tribo, sua importância se torna evidente. Os vínculos mais cristalizados dos agrupamentos sociais tais como rituais específicos, deveres legais e econômicos, obrigações mútuas, presentes cerimoniais, demonstrações formais de respeito, embora igualmente importantes para o pesquisador, não são todavia sentidos tão intensamente pelo indivíduo que os tem de pôr em prática. O mesmo ocorre conosco: sabemos todos que a “vida em família” significa para nós, antes de mais nada, o ambiente do lar, todos os numerosos pequenos atos e atenções através dos quais expressamos afeição e interesse mútuos, as pequenas preferências e antipatias que constituem a “intimidade doméstica”. O fato de que talvez venhamos a receber uma herança de um parente, ou o fato de que temos a obrigação de acompanhar o funeral de um outro, embora sociologicamente façam parte da definição de *família* e de *vida familiar*, geralmente são relegados a um último plano em nossa perspectiva pessoal do que a família realmente significa para nós.

Exatamente o mesmo se aplica à comunidade nativa. Portanto, se o etnógrafo quer realmente trazer a seus leitores uma imagem vívida da vida nativa, não poderá, de forma alguma, negligenciar esses aspectos. Nenhum aspecto — seja o íntimo, seja o legal — deve ser menosprezado. Aos relatos etnográficos, entretanto, via de regra, tem faltado um ou outro aspecto e, até o presente momento, poucos relatos se fizeram em que adequadamente se discutiu o aspecto íntimo da vida nativa. Não só no relacionamento pessoal familiar, mas em todo relacionamento social — seja ele entre os nativos de uma tribo ou entre os membros amistosos ou hostis de tribos diferentes —, existe esse lado íntimo, que se expressa nos detalhes do trato ou relacionamento pessoal, no tom do comportamento do indivíduo frente a outro. Esse aspecto é bem diverso do quadro legal e cristalizado das relações sociais — e, como tal, precisa ser estudado e apreendido separadamente.

De igual forma, ao estudarmos os atos conspícuos da vida tribal — tais como as cerimônias, rituais e festividades —, devemos apresentar também os detalhes e o tom do comportamento, e não exclusivamente o simples esboço dos acontecimentos. Estudemos um exemplo específico para ilustrar a importância desse método: muito já se falou e escreveu sobre a questão da sobrevivência de traços culturais. O aspecto de sobrevivência de um ato não pode, entretanto, expressar-se em nada, a não ser no comportamento que o acompanha e no modo como ele se verifica. Temos muitos exemplos disso em nossa própria cultura: a simples descrição dos aspectos exteriores, seja da pompa e do aparato de uma solenidade de Estado, seja de um costume pitoresco dos garotos de rua, não é suficiente para demonstrar se o rito ainda floresce com total vigor nos corações daqueles que dele participam, ou se o consideram como coisa já ultrapassada e quase morta, conservada apenas por amor à tradição. Se, porém, observarmos e registrarmos as particularidades do comportamento das pessoas, imediatamente poderemos determinar o grau de vitalidade do costume. Não resta dúvida de que, tanto na análise sociológica quanto na psicológica, bem como em quais quer questões teóricas, são de extrema importância o modo e o tipo do compor-

tamento observado na realização de um ato. O comportamento é, indubitavelmente, um fato, e um fato relevante — passível de análise e registro. Tolo e míope é o cientista que, ao deparar com todo um tipo de fenômenos prontos a serem coletados, permite que eles se percam, mesmo se, no momento, não visse a que fins teóricos poderiam servir!

Em relação ao método adequado para observar e registrar *estes aspectos imponderáveis da vida real e do comportamento típico*, não resta dúvida de que a subjetividade do observador interfere de modo mais marcante do que na coleta dos dados etnográficos cristalizados. Porém, mesmo nesse particular, devemos empenhar-nos no sentido de deixar que os fatos falem por si mesmos. Se, ao fazermos nossa ronda diária da aldeia, observamos que certos pequenos incidentes, o modo característico como os nativos se alimentam, falam, conversam e trabalham (veja, por exemplo, a fig. 3), ocorrem repetidamente, devemos registrá-los o quanto antes. É importante também que esse trabalho de coleta e registro de impressões seja feito desde o início, ou seja, desde os nossos primeiros contatos com os nativos de um determinado distrito — e isso porque certos fatos, que impressionam enquanto constituem novidade, deixam de ser notados à medida que se tornam familiares. Outros fatos só podem ser percebidos depois de algum tempo, quando então já conhecemos bem as condições locais. O diário etnográfico, feito sistematicamente no curso dos trabalhos num distrito, é o instrumento ideal para este tipo de estudo. E se, paralelamente ao registro de fatos normais e típicos, fizermos também o registro dos fatos que representam ligeiros ou acentuados desvios da norma, estaremos perfeitamente habilitados a determinar os dois extremos da escala da normalidade.

Ao observarmos cerimônias ou quaisquer outras ocorrências tribais, tais como a da fig. 4, devemos não só anotar os acontecimentos e detalhes ditados pelos costumes e pela tradição como pertencentes à própria essência do ato, mas também registrar, de maneira cuidadosa e exata, as atitudes de atores e espectadores, umas após as outras. Esquecendo-se por alguns momentos de que conhece e entende a estrutura da cerimônia, bem como os dogmas que a fundamentam, o etnógrafo deve tentar colocar-se como parte de uma assembléia de seres humanos que se comportam com seriedade ou alegria, com fervorosa concentração ou frivolidade e tédio; que estão com a mesma disposição de espírito em que ele os encontra todos os dias, ou então em atitude de grande tensão ou excitabilidade —, e assim por diante. Com a atenção constantemente voltada para esse aspecto da vida tribal, e com o empenho persistente de o registrar e expressar em termos de fatos reais, o etnógrafo irá acumular uma quantidade enorme de material informativo autêntico e expressivo. Estará, assim, habilitado a dar ao ato o seu devido lugar na esfera da vida nativa — *i. e.*, saberá dizer se é normal ou excepcional, se nele os nativos se comportam como de costume, ou se acarreta mudanças em seu comportamento. Estará, por fim, capacitado a trazer tudo isso, de maneira clara e convincente, a seus leitores.

Por outro lado, nesse tipo de pesquisa, recomenda-se ao etnógrafo que de vez em quando deixe de lado máquina fotográfica, lápis e caderno, e participe pessoalmente do que está acontecendo. Ele pode tomar parte nos jogos dos nativos, acompanhá-los em suas visitas e passeios, ou sentar-se com eles, ouvindo e participando das conversas. Não acredito que todas as pessoas possam fazer isso tudo com igual facilidade — talvez a natureza do eslavo seja mais flexível e mais espontaneamente selvagem que a do europeu ocidental — mas, embora o grau de sucesso seja variável, a tentativa é possível para todos. Esses mergulhos na vida nativa — que pratiquei freqüentemente não apenas por amor à minha profissão, mas também porque precisava, como homem, da companhia de seres humanos — sempre me deram a impressão de permitir uma compreensão mais

fácil e transparente do comportamento nativo e de sua maneira de ser em todos os tipos de transações sociais. O leitor encontrará, ilustradas nos capítulos que se seguem, todas essas observações metodológicas.

VIII

Passemos, finalmente, ao terceiro e último objetivo da pesquisa de campo científica, ao último tipo de fenômeno a ser registrado, com o qual se completa adequadamente o quadro da cultura nativa. Além do esboço firme da constituição tribal e dos atos culturais cristalizados que formam o esqueleto, além dos dados referentes à vida cotidiana e ao comportamento habitual que são, por assim dizer, sua carne e seu sangue, há ainda a registrar-se-lhe o espírito — os pontos de vista, as opiniões, as palavras dos nativos: pois em todo ato da vida tribal existe, primeiro, a rotina estabelecida pela tradição e pelos costumes; em seguida, a maneira como se desenvolve essa rotina; e, finalmente, o comentário a respeito dela, contido na mente dos nativos. O homem que se submete a várias obrigações habituais, que segue uma linha tradicional de ação, o faz impulsionado por certos motivos, movido por determinados sentimentos, guiado por certas idéias. Tais idéias, sentimentos e impulsos são moldados e condicionados pela cultura em que os encontramos e são, portanto, uma peculiaridade étnica da sociedade em questão. Deve-se, portanto, empenhar em seu estudo e registro.

Mas é isso possível? Todos esses estados subjetivos não serão demasiadamente elusivos e informes? Apesar do fato de que as pessoas em geral sentem ou pensam ou experimentam certos estados psicológicos em associação à execução de seus atos habituais, a maioria das pessoas não é capaz de formulá-los, ou seja, expressá-los em palavras. Esse ponto, que por certo temos de admitir como verdadeiro, é talvez o nó górdio no estudo dos fatos da psicologia social. Sem desamará-lo ou cortá-lo, ou seja, sem tentar dar ao problema uma solução teórica, e sem aprofundar-me no campo da metodologia geral, entrarei diretamente na questão de como resolver, de maneira prática, algumas das dificuldades relacionadas à questão.

Em primeiro lugar, devemos partir do fato de que o objeto de nosso estudo são os modos estereotipados de pensar e sentir. Enquanto sociólogos, não nos interessamos pelo que A ou B possam sentir como indivíduos no curso acidental de suas próprias experiências; interessamo-nos, sim, apenas por aquilo que eles sentem e pensam enquanto membros de uma dada comunidade. Sob esse ponto de vista, seus estados mentais recebem um certo timbre, formam-se estereotipados pelas instituições em que vivem, pela influência da tradição e do folclore, pelo próprio veículo do pensamento, ou seja, pela língua. O ambiente social e cultural em que se movem força-os a pensar e a sentir de maneira específica. Assim, por exemplo, o homem que pertence a uma comunidade poliândrica não pode conhecer ou experimentar o mesmo tipo de ciúme comum no indivíduo de uma comunidade estritamente monogâmica, muito embora possa ter em si todos os elementos para isso. O indivíduo que vive no âmbito do *Kula* não se pode prender afetiva ou permanentemente a certos bens que possui, mesmo que os preze acima de qualquer coisa. Esses exemplos são toscos; exemplos melhores serão encontrados no texto deste livro.

O terceiro mandamento da pesquisa de campo é, pois, descobrir os modos de pensar e sentir típicos, correspondentes às instituições e à cultura de determinada comunidade, e formular os resultados de maneira vívida e convincente. Que método utilizar para isso? Os melhores etnógrafos — mais uma vez, a escola de Cambridge, com Haddon, Rivers e Seligman figurando em primeiro lugar entre os etnógrafos ingleses — sempre procuram citar literalmente asserções de impor-

tância crucial. Aduzem também termos de classificações nativas; termos técnicos de psicologia e indústria; e nos apresentam, com a maior exatidão possível, um contorno verbal do pensamento nativo. Ao etnógrafo, que aprende a língua nativa e pode usá-la como instrumento de sua investigação, é possível dar um passo adiante nessa linha de ação. Ao trabalhar com a língua *kiriwina* encontrei certa dificuldade em anotar o que os nativos diziam, por meio da tradução direta — método que, no início, havia adotado. Com a tradução, o texto muitas vezes ficava destituído de todas as suas características importantes — desintegravam-se, por assim dizer, os seus pontos essenciais. Assim sendo, aos poucos fui forçado a anotar certas sentenças importantes exatamente como os nativos as proferiam, na língua tribal. À medida que os meus conhecimentos da língua foram aumentando, fui fazendo minhas anotações cada vez mais em *kiriwina*, até que, por fim, passei a escrever exclusivamente nessa língua, registrando com rapidez cada frase, palavra por palavra. Ao atingir esse ponto, reconheci também que estava assim adquirindo, paralelamente, abundante material lingüístico, bem como uma série de documentos etnográficos que deveriam ser reproduzidos como eu os havia registrado, além de utilizados nos registros finais da minha pesquisa.¹³ Este *corpus inscriptionum kiriwiniensium* pode ser utilizado não só por mim, mas por todos aqueles que, através de seus conhecimentos mais profundos e habilidade de interpretá-lo, poderão encontrar pontos que escaparam à minha atenção, da mesma forma que outros *corpora* constituem a base de várias interpretações dadas à civilizações antigas e pré-históricas; só que essas inscrições etnográficas são todas claras e decifráveis, já foram quase todas traduzidas integralmente, e foram enriquecidas de comentários ou *scholia* obtidos de fontes vivas.

Não precisamos nos alongar aqui sobre esse assunto, pois mais adiante devotaremos a ele todo um capítulo (capítulo XVIII), abundantemente exemplificado com textos nativos. O *corpus*, é claro, será publicado na íntegra, separadamente, em data futura.

IX

Nossas considerações indicam que os objetivos da pesquisa de campo etnográfica podem, pois, ser alcançados através de três diferentes caminhos:

1. A organização da tribo e a anatomia de sua cultura devem ser delineadas de modo claro e preciso. O método de documentação concreta e estatística fornece os meios com que podemos obtê-las.

2. Este quadro precisa ser completado pelos fatos imponderáveis da vida real, bem como pelos tipos de comportamento, coletados através de observações detalhadas e minuciosas que só são possíveis através do contato íntimo com a vida nativa e que devem ser registradas nalgum tipo de diário etnográfico.

3. O *corpus inscriptionum* — uma coleção de asserções, narrativas típicas, palavras características, elementos folclóricos e fórmulas mágicas — deve ser apresentado como documento da mentalidade nativa.

Essas três abordagens conduzem ao objetivo final da pesquisa, que o etnógrafo jamais deve perder de vista. Em breves palavras, esse objetivo é o de apreender o ponto de vista dos nativos, seu relacionamento com a vida, sua visão de

¹³ Pouco depois de adotar essa medida, recebi uma carta do Dr. A. H. Gardiner, conhecido egiptólogo, urgindo-me a isso. Como arqueólogo, ele naturalmente via as grandes possibilidades moldes daqueles que foram preservados das antigas civilizações — além da possibilidade de que se abriam ao etnógrafo, no sentido de obter um *corpus* de fontes escritas nos mesmos elucida-los através do conhecimento pessoal sobre a vida e os costumes de determinada civilização.

seu mundo. É nossa tarefa estudar o homem e devemos, portanto, estudar tudo aquilo que mais intimamente lhe diz respeito, ou seja, o domínio que a vida exerce sobre ele. Cada cultura possui seus próprios valores; as pessoas têm suas próprias ambições, seguem a seus próprios impulsos, desejam diferentes formas de felicidade. Em cada cultura encontramos instituições diferentes, nas quais o homem busca seu próprio interesse vital; costumes diferentes através dos quais ele satisfaz às suas aspirações; diferentes códigos de lei e moralidade que premiam suas virtudes ou punem seus defeitos. Estudar as instituições, costumes e códigos, ou estudar o comportamento e mentalidade do homem, sem atingir os desejos e sentimentos subjetivos pelos quais ele vive, e sem o intuito de compreender o que é, para ele, a essência de sua felicidade, é, em minha opinião, perder a maior recompensa que se possa esperar do estudo do homem.

Todas essas regras gerais o leitor as encontrará ilustradas nos capítulos que se seguem. Neles veremos o selvagem lutando para satisfazer certos anseios, para atingir certos valores, em sua linha de ambição social. Nós o veremos forçado por uma tradição de proezas heróicas e mágicas, a perigosos e difíceis empreendimentos, atraído por seu romance. Talvez, ao lermos o relato desses costumes primitivos, possamos sentir um sentimento de solidariedade pelos esforços e ambições desses nativos. Talvez a mentalidade humana se revele a nós através de caminhos nunca dantes trilhados. Talvez, pela compreensão de uma forma tão distante e estranha da natureza humana, possamos entender nossa própria natureza. Nesse caso — e somente nesse caso — estaremos justificados ao sentirmos que valeu a pena entender esses nativos, suas instituições e costumes, e que pudemos auferir algum proveito através de nosso estudo sobre o *Kula*.

CAPÍTULO I

A região e os habitantes do distrito do Kula

I

Com exceção, talvez, dos nativos da ilha de Rossel, a respeito dos quais quase nada se conhece, as tribos que vivem no âmbito do sistema comercial do *Kula* pertencem todas ao mesmo grupo racial. Essas tribos vivem no extremo leste do continente da Nova Guiné e em todas as ilhas que, dispostas na forma de um alongado arquipélago, representam como que um prolongamento da faixa sudeste do continente, ligando, como uma ponte, a Nova Guiné às ilhas Salomão.

A Nova Guiné é uma ilha-continente montanhosa, de acesso muito difícil em seu interior e em certas porções de seu litoral, onde recifes, pantanais e rochedos constituem verdadeira barreira à entrada e mesmo à aproximação de embarcações nativas. Obviamente, tal região não oferece as mesmas oportunidades em todas as partes de influxo aos imigrantes que, provavelmente, são responsáveis pela atual constituição demográfica do Pacífico Sul. As regiões de fácil acesso no litoral, bem como as ilhas vizinhas, certamente ofereceriam recepção hospitaleira aos imigrantes de estirpes mais altas; por outro lado, entretanto, as altas montanhas, as inexpugnáveis fortalezas representadas pelos baixios pantanosos e por praias onde o desembarque era difícil e perigoso, forneceriam proteção natural aos aborígenes, desfavorecendo o influxo de imigrantes.

A própria distribuição racial na Nova Guiné justifica plenamente essas hipóteses. O mapa II mostra a porção oriental do continente da Nova Guiné e seus arquipélagos, bem como a distribuição racial dos nativos. O interior do continente, os baixios pantanosos onde cresce a palmeira do sagu e os deltas do golfo Papua — e também, provavelmente, a maior parte dos litorais norte e sudoeste da Nova Guiné — são habitados por uma raça de "indivíduos relativamente altos, de pele escura e cabelos crespos" designados pelo Dr. Seligman como *papuã*. Na região montanhosa, especialmente, o território é habitado por tribos de pigmeus. Pouco se sabe a respeito dessas tribos — tanto as dos pântanos quanto as das elevações — que são, provavelmente, autóctones dessa região da Terra.¹⁴ Como não iremos incluí-las no relato que se segue, será melhor, agora, passarmos às tribos que habitam as regiões de fácil acesso na Nova Guiné. "Os papuas orien-

¹⁴ Entre os melhores relatos de que dispomos a respeito das tribos continentais estão os de W. F. Williamson, *The Majulu*, 1912 e de C. Keyser, "Aus dem Leben der Kailute", em R. Neuhaus, *Deutsch Neu Guinea*, vol. III, Berlin, 1911. As publicações preliminares de G. Landtmann sobre os nativos de Kiwai, "Papuan Magic in the Building of Houses", "Acta Arboenses, Humanora". I. Abo, 1920, e "The Folk-tales of the Kiwai Papuans", Helsingfors, 1917, prometem-nos que o relato completo irá dissipar alguns dos mistérios existentes no golfo Papua. Entrementes, podemos encontrar um bom relato semipopular sobre esses nativos na obra de W. N. Beaver, *Unexplored New Guinea*, 1920. Pessoalmente, duvido que as tribos das colinas e as dos pântanos pertençam à mesma raça ou tenham a mesma cultura. Cf. também a mais recente contribuição à questão: "Migrations of Cultures in British New Guinea", de autoria de A. C. Haddon (Huxley Memorial Lecture, 1921), publicado pelo Royal Anthropological Institute.

não possuem chefe, e a autoridade é exercida de forma idêntica a dos massim do sul. Seus feiticeiros e bruxas são semelhantes aos dos massim do sul e nativos de Dobu. Especializam-se na construção de canoas e na pequena ilha de Panayati constroem o mesmo tipo de embarcações que os nativos de Gawa e da ilha de Woodlark, ligeiramente diferentes das canoas fabricadas pelos nativos de Trobriand. Na ilha de Misima há enormes suprimentos de nozes de areca ou bétel que, por tradição e costume, são plantadas em grandes quantidades por ocasião da morte dos membros da tribo.

As pequenas ilhas de Tubetube e Wari, que constituem o último elo do *Kula*, estão localizadas já no âmbito territorial do distrito massim do sul. Com efeito, a ilha de Tubetube é uma das localidades minuciosamente estudadas pelo Professor Seligman. Seus estudos sobre essa ilha formam uma das três monografias etnográficas que, na sua obra já tão freqüentemente citada, abrangem a zona massim do sul.

Desejo, por fim, salientar mais uma vez o fato de que as descrições que fizemos no presente capítulo e no capítulo anterior, embora exatas em todos os seus detalhes, não são de forma alguma exaustivas como esboço etnográfico. Eu as apresentei aqui de modo a fornecer ao leitor uma impressão vívida e, por assim dizer, pessoal, a respeito dos vários tipos nativos, sua terra e suas culturas. Se fui bem sucedido em dotar cada uma das tribos — a das ilhas Trobriand, a das ilhas Amphlett, de Dobu e os massim do sul — com uma fisionomia própria, e se com isso pude despertar o interesse do leitor, está alcançado meu objetivo principal nestes dois capítulos e lançado o necessário *background* etnográfico para os nossos estudos sobre o *Kula*.

CAPÍTULO III

Características essenciais do Kula

I

Feita a descrição do cenário e dos atores, passemos ao espetáculo em si. O *Kula* é uma forma de troca e tem caráter intertribal bastante amplo; é praticado por comunidades localizadas num extenso círculo de ilhas que formam um circuito fechado. Esse circuito aparece no mapa V, representado pelas linhas que unem uma ilha à outra ao norte e ao leste do extremo oriental da Nova Guiné. Ao longo dessa rota artigos de dois tipos — e somente desses dois — viajam constantemente em direções opostas. No sentido horário movimentam-se os longos colares feitos de conchas vermelhas, chamados *soulava* (veja figs. 18 e 19). No sentido oposto, movem-se os braceletes feitos de conchas brancas, chamados *mwali* (veja figs. 16 e 17). Cada um desses artigos, viajando em seu próprio sentido no circuito fechado, encontra-se no caminho com os artigos da classe oposta e é constantemente trocado por eles. Cada movimento dos artigos do *Kula*, cada detalhe das transações é fixado e regulado por uma série de regras e convenções tradicionais; alguns dos atos do *Kula* são acompanhados de elaboradas cerimônias públicas e rituais mágicos.

Em cada ilha e em cada aldeia, um número mais ou menos restrito de homens participam do *Kula* — ou seja, recebem os artigos, conservam-nos consigo durante algum tempo e, por fim, passam-nos adiante. Cada um dos participantes do *Kula* recebe periodicamente (mas não regularmente) um ou vários *mwali* (braceletes de concha) ou um *soulava* (colar de discos feitos de conchas vermelhas) que deve entregar a um de seus parceiros, do qual recebe em troca o artigo oposto. Assim, ninguém jamais conserva nenhum artigo consigo por muito tempo. O fato de que uma transação seja consumada não significa o fim da relação estabelecida entre os parceiros: a regra é “uma vez no *Kula*, sempre no *Kula*”. A parceria entre dois indivíduos no *Kula* é permanente, para toda a vida. Os *mwali* e os *soulava* encontram-se sempre em movimento, vão passando de mão em mão, e não há casos em que esses artigos fiquem retidos com um só dono. Portanto, o princípio de “uma vez no *Kula*, sempre no *Kula*” aplica-se de igual forma aos próprios artigos.

A troca cerimonial dos dois artigos um pelo outro é o aspecto fundamental e central do *Kula*. Mas, associados a ela, e realizadas à sua sombra, encontramos numerosas características e atividades secundárias. Paralelamente à troca ritual dos colares pelos braceletes, os nativos realizam um comércio comum, negociando de uma ilha para a outra bens que, de modo geral, não são fabricados pelo distrito que os importa, mas são indispensáveis à sua economia. Além disso, há outras atividades que precedem ao *Kula* ou a ele se acham associadas como, por exemplo, a construção das canoas para navegação em alto-mar usadas nas expedições, certos tipos de cerimônias mortuárias de grande pompa, e tabus preparatórios.

O *Kula* é, portanto, uma instituição enorme e extraordinariamente com-

plexa, não só em extensão geográfica mas também na multiplicidade de seus objetivos. Ele vincula um grande número de tribos e abarca em enorme conjunto de atividades inter-relacionadas e interdependentes de modo a formar um todo orgânico.

Devemos, contudo, lembrar-nos de que o *Kula*, que aparece aos nossos olhos como uma instituição extensa e complicada, porém bem organizada, é o resultado de muitos e muitos trabalhos e façanhas empreendidos por selvagens, os quais não possuem leis, nem objetivos, nem esquemas explicitamente formulados, e nem mesmo conhecimento do *esquema total* de sua estrutura social. Os nativos estão cientes de seus próprios motivos, conhecem os objetivos das ações individuais e as regras que as coordenam; porém, está além de sua capacidade mental a percepção de como, dessas ações, emerge a instituição coletiva em seu conjunto. Nem mesmo o nativo mais inteligente consegue ter uma idéia exata a respeito do *Kula* como uma grande construção social organizada, e menos ainda de suas implicações e funções sociológicas. Se lhe perguntarmos o que é o *Kula*, ele nos irá responder com alguns detalhes, muito provavelmente narrando suas experiências pessoais e pontos de vista subjetivos sobre o sistema; mas certamente não nos irá fornecer nenhuma definição como a que acabamos de dar. Dele não podemos nem mesmo obter um relato parcialmente coerente. O nativo não tem visão do todo. Ele faz parte do todo e não consegue vê-lo de fora, como um observador.

A integração de todos os detalhes observados, bem como a síntese sociológica dos diversos indícios importantes, são tarefas do etnógrafo. Antes de mais nada, ele precisa descobrir o significado de certas atividades que, de início parecem incoerentes e não correlacionadas. A seguir, ele precisa distinguir, nessas atividades, o que é constante e relevante do que é acidental e de pouca importância, isto é, o etnógrafo deve procurar descobrir as leis e regras de todas as transações. A ele cabe *construir* o quadro ou esquema total da grande instituição, da mesma forma que o cientista formula toda a sua teoria baseado em dados experimentais que, embora sempre ao alcance de todos, precisam de interpretação coerente e organizada. Já tive oportunidade de mencionar esta questão metodológica na Introdução (seções V e VI), mas repito-a aqui por julgar necessário seu total entendimento, e a fim também de que o leitor não perca a perspectiva correta das condições em que realmente se encontram os nativos.

II

Para poder dar uma definição concisa e abstrata do *Kula*, como a que acabei de fornecer, tive de inverter a ordem da pesquisa, tal como acontece durante o trabalho de campo, onde as referências mais gerais só podem ser obtidas como resultado de longos inquéritos e laboriosos métodos indutivos. Essa definição geral do *Kula* servirá como uma espécie de plano ou esquema para a descrição concreta e detalhada de que nos ocuparemos proximamente. Isso se torna ainda mais necessário pelo fato de que o *Kula* está relacionado à troca de riquezas e de objetos de utilidade e constitui, portanto, uma instituição econômica; não há aspecto da vida primitiva no qual nossos conhecimentos sejam mais limitados e nosso entendimento mais superficial que o econômico. Há um excesso de falsas concepções quanto à economia primitiva e é portanto, necessário limpá-las do terreno antes de abordar qualquer assunto a ela relativo.

Na Introdução, definimos o *Kula* como "uma espécie de comércio" e o colocamos entre esse e outros sistemas de permuta de mercadorias. Não haverá erro nisso enquanto dermos à palavra "comércio" uma interpretação suficientemente ampla, significando com ela qualquer tipo de troca de mercadorias. Tanto

na ciência econômica como na moderna etnografia, porém, o termo "comércio" tem um número tão grande de acepções que, a fim de podermos entender corretamente os fatos, teremos que eliminar muitas idéias falsas e preconcebidas. Assim, por exemplo, a noção que atualmente se faz, *a priori*, do comércio primitivo é a de uma troca de artigos indispensáveis, ou úteis, executada sem quaisquer cerimônias e sem qualquer regulamentação, feita em intervalos irregulares e esporádicos, sob pressão da carência ou necessidade; julga-se, também, que essa permuta se processa de maneira direta, cada um dos interessados tomando grandes precauções para não sair logrado; ou, se os selvagens são tímidos demais e receosos de enfrentar uns aos outros, através de algum arranjo costumeiro que lhes assegure, por meio de severos castigos, conformidade às obrigações a que estão sujeitos ou que lhes são impostas.³⁶ Abandonando por ora a questão da validade ou não validade geral dessa concepção, que a meu ver é bastante falsa e enganosa, temos de entender claramente o fato de que o *Kula* contradiz, em quase todos os seus aspectos, a definição de "comércio primitivo" que acima mencionamos. O *Kula* nos mostra o comércio primitivo sob um ângulo totalmente diferente.

O *Kula* não é uma modalidade sub-reptícia e precária de troca. Muito pelo contrário, está enraizado em mitos, sustentado pelas leis da tradição e cingido por rituais mágicos. Todas as transações principais que nele se processam são públicas e cerimoniais, levadas a efeito segundo regras bem definidas. O *Kula* não decorre de impulsos momentâneos, mas se realiza periodicamente, em datas pré-estabelecidas, ao longo de rotas comerciais definidas que conduzem a locais fixos de encontro. Muito embora se realize entre tribos lingüística, cultural e talvez até mesmo racialmente diferentes umas das outras, o *Kula* baseia-se, sob o ponto de vista sociológico, num *status* fixo permanente, numa parceria que une em pares alguns milhares de indivíduos. Esta parceria é permanente, para toda a vida, e implica em diversos deveres e privilégios mútuos; constitui, assim, um tipo de relacionamento intertribal feito em grande escala. O mecanismo econômico das transações baseia-se numa forma específica de crédito que pressupõe alto grau de confiança mútua e honra comercial. Isto se refere também às transações comerciais menores, subsidiárias ao *Kula* propriamente dito. O *Kula* não se realiza sob a pressão de quaisquer necessidades, visto que seu objetivo principal é o de permuta de artigos que não têm nenhuma utilidade prática.

Da definição concisa do *Kula* apresentada no início deste capítulo, podemos

³⁶ Uso o termo "noção atual" tal como ele aparece nos livros de texto e observações ocasionais que se encontram disseminadas na literatura econômica e etnológica. Com efeito, a economia é um assunto muito pouco abordado tanto nos estudos teóricos sobre etnologia, quanto nos relatos da pesquisa de campo. Faço extensas considerações sobre esta deficiência no artigo "Primitive Economics", publicado no *Economic Journal*, em março de 1921. Uma das melhores análises sobre a questão da economia selvagem, apesar de deficiente em diversos pontos, é a que se encontra na obra *Industrial Evolution*, de K. Bücher, versão inglesa, 1901. A perspectiva de Bücher na questão, do comércio primitivo é, no entanto, inadequada. Segundo sua opinião geral de que os nativos não possuem uma economia nacional, Bücher defende o ponto de vista de que qualquer distribuição de bens entre os nativos se processa através de meios não econômicos, tais como o roubo, tributações e presentes. Os dados que forneço no presente volume são incompatíveis com a teoria de Bücher. Bücher não teria mantido sua opinião se estivesse familiarizado com o estudo feito por Barton (e incluído na obra *Melanesians*, de Seligman) sobre os hiri.

No artigo "Die Ethnologische Wirtschaftsforschung", de autoria de Pater W. Kopper, publicado em *Anthropos*, X-XI, 1915-16, pp. 611-651 e 971-1079, encontra-se um resumo das pesquisas feitas sobre a economia primitiva; esse resumo mostra, a propósito, quão pouco se tem realizado, em matéria de trabalho verdadeiro e profundo, no campo da economia primitiva. O artigo é realmente de muito proveito; nele o autor sintetiza os pontos de vista de outros estudiosos.

concluir que, em última essência, o *Kula*, despojado de todos os seus ornamentos e acessórios, não passa de um sistema bastante simples que à primeira vista poderia até mesmo parecer insípido e pouco romântico. Afinal, ele consiste apenas da permuta, interminavelmente repetida, de dois artigos destinados à ornamentação, mas raramente usados como tal. Não obstante, esta ação tão simples, essa passagem de mão em mão desses dois objetos inúteis e sem sentido, veio de alguma forma a tornar-se o alicerce de uma grande instituição intertribal associada a um sem-número de outras atividades. Os mitos, a magia e a tradição construíram em torno do *Kula* formas bem definidas de cerimônias e rituais, deram a ele um halo de romance e valor na mente dos nativos e deveras criaram, em seus corações, enorme paixão por essa simples permuta de objetos.

Devemos agora ampliar a definição do *Kula*, descrevendo-lhe as regras e características fundamentais uma após as outras, de modo a que o leitor possa entender claramente o mecanismo pelo qual a troca desses dois artigos veio a transformar-se numa instituição tão vasta e complexa, e de raízes tão profundas.

III

Antes de mais nada, algumas palavras devem ser ditas sobre os dois principais objetos das transações do *Kula* — os braceletes de conchas (*mwali*) e os colares (*soulava*). Os braceletes são obtidos quebrando-se a parte superior e a extremidade delgada da concha de um grande caramujo (*Conus millepunctatus*), e a seguir polindo-se a argola assim obtida. Esses braceletes são muito cobiçados por todos os papua-melanésios da Nova Guiné e se encontram até mesmo no distrito puramente papua do Golfo.³⁷ A fig. 17 ilustra o modo como esses braceletes são usados — os nativos os exibiram especialmente para a fotografia. Os pequenos discos feitos das conchas vermelhas do *spondylus*, com os quais são confeccionados os *soulava*, são também de uso bastante difundido. Existem numerosos centros de fabricação desses colares — entre eles, uma das aldeias de Port Moresby e várias localidades da Nova Guiné oriental, especialmente as ilhas Trobriand e a ilha de Rossell. Empreguei acima o vocábulo “uso” de propósito: essas pequenas contas, de forma achatada e arredondada, com um orifício no centro e cores que variam do marrom-escuro ao vermelho-carmim, são usados em vários tipos de enfeites. Em geral, fazem parte dos brincos cujas argolas são feitas do casco das tartarugas. Dessas argolas, que ficam presas ao lóbulo da orelha, pende um feixe de contas. Os brincos desse tipo são de uso bastante comum; especialmente entre os massim, pelo menos cinquenta por cento dos homens e mulheres usam esse tipo de brincos; outros preferem apenas as argolas feitas do casco das tartarugas. Outro enfeite muito comum, de uso frequente principalmente entre as crianças, é um colar curto que apenas contorna o pescoço, feito dos discos vermelhos do *spondylus*; esse tipo de colar pode ter um ou vários pingentes, feitos com a concha do cauri. Esses discos do *spondylus* entram, de modo geral, na confecção de várias espécies de enfeites mais sofisticados, aqueles que se usam somente em ocasiões festivas. Entretanto, aqui nos interessam apenas os longos colares que medem de dois a cinco metros e são, também, feitos com os pequenos discos do *spondylus*. Há dois tipos principais desses colares: o primeiro, mais requintado, tem um grande pingente feito de

³⁷ O Professor C. G. Seligman, *op. cit.*, p. 93, afirma que os braceletes de concha, aos quais os motu chamam de *toea*, são comerciados da região oeste do distrito de Port Moresby ao golfo Papua. Esses objetos são considerados de alto valor pelos motu e koita que vivem próximos de Port Moresby e alcançaram atualmente preços muito altos, por vezes até £ 30, muito mais do que se paga pelos mesmos artigos entre os massim.

conchas; o outro possui contas maiores e traz, no centro, algumas conchas ou sementes pretas de banana (veja fig. 18).

Tanto os *mwali* quanto os longos colares *soulava*, os dois principais artigos do *Kula*, são antes de mais nada enfeites e, como tal, usados exclusivamente com os trajes de dança mais elaborados nas grandes ocasiões festivas, nas danças cerimoniais e nas grandes reuniões de que participam os nativos de várias aldeias (veja fig. 6). Jamais podem ser usados como enfeites diários ou em ocasiões menos importantes, tais como as pequenas danças na aldeia, as reuniões organizadas na época das colheitas, ou as expedições do namoro; nessas ocasiões são usados adornos de flores, pintura facial e enfeites menores (mas não de uso diário), como os que aparecem nas fig. 12 e 13. Embora usáveis e, com efeito, usados em algumas ocasiões, o *soulava* e *mwali* não têm, entretanto, esta função básica. Um chefe, por exemplo, pode ter em seu poder vários colares e alguns braceletes; se houver, em sua própria aldeia ou nalguma aldeia vizinha, alguma grande festa a que pretenda comparecer, o chefe usará esses enfeites se for ornamentar-se para participar pessoalmente das danças; caso contrário, qualquer de seus parentes, filhos e amigos, ou até mesmo seus vassalos, pode usá-los para enfeitar-se. Se formos a uma festa ou dança onde os homens estão usando esses ornamentos e lhes perguntarmos a quem pertencem os enfeites, provavelmente mais da metade deles responderá que não são deles mas que os emprestaram de outros nativos. Esses objetos não são possuídos para serem usados — o privilégio de enfeitar-se com os *mwali* e *soulava* não é o verdadeiro objetivo da posse.

Outro fato, aliás bem mais significativo, é que a maioria dos braceletes (cerca de noventa por cento deles) são pequenos demais para serem usados, até mesmo por crianças. Por outro lado, alguns deles são tão grandes e tão valiosos que não são usados praticamente nunca, a não ser uma vez cada dez anos, se tanto; mesmo nesse caso, apenas por uma pessoa muito importante, num dia de grandes festividades. Embora os colares possam ser usados, alguns deles são de igual forma considerados valiosos e incômodos demais para se usarem com muita frequência; ficam, desse modo, reservados para ocasiões muito especiais.

Isso nos força a indagar: por que, então, se dá tanta importância a esses objetos? Qual é a sua finalidade? A resposta completa a essas perguntas vai emergir aos poucos nos próximos capítulos — mas uma idéia aproximada deve ser fornecida imediatamente. Como é sempre melhor abordar um tema desconhecido através de outro já conhecido, vamos refletir um pouco e tentar descobrir se, em nosso próprio meio, não existem também certos objetos que desempenham papel semelhante ao desses colares e braceletes e são possuídos e usados de maneira também análoga à deles. Ao voltar para a Europa após seis anos de permanência no Pacífico Sul e na Austrália, visitei, numa excursão turística, o castelo de Edimburgo, onde me foram mostradas as jóias da Coroa. O guarda contou-me diversas histórias, de como as jóias haviam sido usadas por este ou aquele rei ou rainha, nesta ou naquela ocasião; de que modo haviam sido levadas a Londres, causando com isso justa indignação a toda nação escocesa; como as jóias foram por fim restituídas; como todos estão agora satisfeitos, sabendo-as em lugar seguro, trancadas a chave e cadeado, fora do alcance de pessoas que as queiram tocar. Enquanto eu olhava para as jóias e pensava comigo mesmo como eram feias, inúteis, pesadas e até mesmo vistosas demais e de mau gosto, tive a sensação exata de que algo parecido já me havia sido relatado recentemente e de que eu já vira inúmeros outros objetos desse mesmo tipo, que me impressionaram de maneira idêntica.

Tive então diante dos olhos a visão de uma aldeia nativa, construída sobre solo de coral; a visão de uma pequena e frágil plataforma, armada provisoriamente sob um telhado de sapé e rodeada de homens escuros, nus, um dos quais

me mostrava colares longos e finos, de cor vermelha, além de outros objetos grandes, brancos, desgastados pelo uso, feios e engordurados. Esse nativo ia-me fornecendo, de maneira reverente, os nomes de todos esses objetos, contando-me a história de cada um deles, quando e por quem foram usados, como tinham passado de dono para dono e como a posse temporária desses objetos constituía um grande sinal de importância e glória para sua aldeia. A analogia entre os *vaygu'a* (objetos de valor) europeus e os de Trobriand precisa ser definida de maneira mais clara: as jóias da Coroa britânica como quaisquer objetos tradicionais demasiado valiosos e incômodos para serem realmente usados, representam o mesmo que os *vaygu'a*: pois são possuídos pela posse em si. É a posse, aliada à glória e ao renome que ela propicia que constitui a principal fonte de valor desses objetos. Tanto os objetos tradicionais ou relíquias históricas dos europeus quanto os *vaygu'a* são apreciados pelo valor histórico que encerram. Podem ser feios, inúteis e, segundo os padrões correntes, possuir muito pouco valor intrínseco; porém, só pelo fato de terem figurado em acontecimentos históricos e passado pelas mãos de personagens antigos constituem um veículo infalível de importante associação sentimental e passam a ser considerados grandes preciosidades. O sentimentalismo histórico, que desempenha papel de importância no nosso interesse em estudar os acontecimentos do passado, existe de igual modo no Pacífico Sul. Cada um dos artigos realmente bons do *Kula* tem um nome próprio e encerra uma espécie de história ou romance nas tradições dos nativos. As jóias da Coroa britânica e os objetos tradicionais são insígnias de *status* social e símbolos de riqueza, respectivamente; no nosso passado, como na própria Nova Guiné até há poucos anos, *status* social e riqueza existiam um em função do outro. O ponto mais importante de diferença é que os artigos do *Kula* são de posse temporária, ao passo que, para ter total valor, o tesouro europeu precisa ser de posse permanente.

Numa visão mais larga, feita agora sob o ponto de vista etnológico, podemos classificar os artigos preciosos do *Kula* entre os diversos objetos "cerimoniais" que representam riqueza: enormes armas esculpidas e decoradas; implementos de pedra; artigos para uso doméstico e industrial, ricamente ornamentados e incômodos demais para serem usados normalmente. Esses objetos todos são chamados "cerimoniais", mas a palavra parece cobrir um grande número de significados e incluir muita coisa que não tem significado nenhum. Na verdade, um objeto é freqüentemente designado como "cerimonial", especialmente em exposições de museus, simplesmente porque seu uso e natureza são desconhecidos. Quanto às exposições nos museus de objetos da Nova Guiné, posso dizer que muitos dos chamados "objetos cerimoniais" não passam de objetos de uso comum, mas excessivamente elaborados; a preciosidade do material com que foram feitos e a quantidade de trabalho despendida em fabricá-los são os fatores que os transformaram em reservatórios de valor econômico condensado. Outros objetos há que são usados em ocasiões festivas, mas não têm qualquer função nos ritos e cerimônias, servindo tão-somente como enfeites ou decoração; a esses podemos dar o nome de "objetos de parada" (cf. cap. VI, seção I). Há, finalmente, certos artigos que realmente são usados como instrumentos de rituais mágicos ou religiosos e pertencem ao conjunto de apetrechos intrínsecos a essas cerimônias. Esses são os únicos objetos a que poderíamos chamar corretamente de "cerimoniais". Durante os festejos *So'i*, que se realizam entre os massim do sul, as mulheres, carregando machados de lâminas polidas e cabos finamente esculpidos, acompanham, com passos rítmicos, ao som dos tambores, a entrada dos porcos e das mudas de mangueira na aldeia (veja fig. 5 e 6). Como isso faz parte da cerimônia e os machados são acessórios indispensáveis, seu uso nessa ocasião pode ser legitimamente chamado "cerimonial". Nalguns rituais de magia

das ilhas Trobriand, o *towosi* (feiteiro agrícola) tem de carregar sobre o ombro um machado, com o qual ele golpeia "ritualmente" as estruturas chamadas *kamkokola* (veja fig. 59; cf. também cap. II, seção IV).

Sob determinado ponto de vista, os *vaygu'a* — objetos de valor do *Kula* — são objetos de uso excessivamente elaborados. Constituem também, no entanto, objetos "cerimoniais", no sentido estrito e correto da palavra. Essa questão vai se tornar mais clara ao leitor nas páginas que se seguem. A ela voltaremos também no último capítulo.

O leitor precisa ter em mente que estamos tentando fornecer uma idéia viva e clara daquilo que os objetos de valor próprios do *Kula* representam para os nativos. Não é nossa intenção descrevê-los de maneira detalhada e circunstancial, nem defini-los com máxima exatidão. Estabelecemos um paralelo entre esses artigos e as jóias da Coroa britânica e os objetos históricos europeus a fim de demonstrar que este tipo de posse não constitui um fantástico costume próprio dos habitantes do Pacífico Sul e pode muito bem encontrar equivalentes em nossa própria cultura. A comparação que fiz — quero agora enfatizar bem este ponto — não se baseia em semelhanças puramente externas e superficiais. As forças psicológicas de uma e de outra cultura são as mesmas; é a mesma a atitude mental que nos leva a valorizar nossos objetos históricos ou tradicionais e faz com que os nativos da Nova Guiné tenham seus *vaygu'a* em grande apreço.

IV

A permuta desses dois tipos de *vaygu'a*, ou seja, a troca dos braceletes pelos colares, constitui o principal ato do *Kula*. Não é feita livremente, a torto e a direito, nem está ao capricho da vontade ou disponibilidade dos nativos. Está, muito pelo contrário, sujeita a rigorosos limites e regras. Uma dessas regras refere-se à sociologia da troca e dispõe que as transações do *Kula* só podem ser executadas entre parceiros. O indivíduo que participa do *Kula* (nem todos os nativos no âmbito desse sistema têm autorização para isso) possui apenas um número limitado de pessoas com as quais pode negociar. Esta parceria é estabelecida de um modo definido, exige a satisfação de certas formalidades e constitui uma relação permanente, para toda a vida. O número de parceiros que um indivíduo pode ter varia de acordo com sua posição social e importância. O plebeu das ilhas Trobriand possui apenas alguns parceiros, ao passo que o chefe chega a ter centenas deles. Não existe propriamente um mecanismo social pelo qual se possa limitar a participação de uns e estender a de outros; porém, as pessoas em geral sabem exatamente a quantos parceiros têm direito em termos de sua posição social. Um dos fatores que as orientam nesse particular é, na maioria dos casos, o exemplo dado pelos seus ancestrais imediatos. Mesmo nas tribos em que as diferenças de posição social não são pronunciadas, um homem de prestígio ou o líder de um vilarejo ou aldeia, pode ter centenas de parceiros no *Kula*, ao passo que um nativo de pouca importância tem apenas alguns.

Os parceiros do *Kula* têm que trocar entre si os objetos próprios do *Kula* e, incidentalmente, trocam também outros presentes. Comportam-se como amigos, possuem uma série de deveres e obrigações mútuas que variam conforme a distância entre suas respectivas aldeias e o *status* de cada um deles. Em média, o nativo tem alguns parceiros próximos, geralmente seus próprios amigos ou os parentes por afinidade, com os quais normalmente mantém relações de amizade bastante estreitas. A parceria no *Kula* é um dos laços especiais que unem dois indivíduos numa relação permanente de troca de presentes e mútua prestação de serviços, que são tão característicos desses nativos. Em média, o nativo também realiza transações do *Kula* com um ou dois chefes da vizinhança. Num

caso desse tipo, ele tem de prestar assistência e vários serviços aos chefes e oferecer-lhes a primeira escolha toda vez que recebe um novo sortimento de *vaygu'a*. Por outro lado, o nativo espera que os chefes sejam especialmente liberais para com ele.

O parceiro de além-mar é, por outro lado, um hospedeiro, patrono e aliado em terras perigosas e pouco seguras. Hoje em dia, embora a sensação de perigo ainda exista e os nativos nunca se sintam perfeitamente seguros e à vontade num distrito que não seja o seu, os perigos que temem são os de natureza mágica — mais do que qualquer outra coisa, portanto, é o temor à feitiçaria das terras estranhas que os assedia quando nelas se encontram. Em épocas passadas, perigos mais tangíveis os ameaçavam e o parceiro constituía a principal garantia de segurança pessoal. O parceiro também fornece alimento, dá presentes e sua casa é o local onde o participante do *Kula* permanece enquanto está na aldeia, embora nunca para dormir. O *Kula*, portanto, provê a cada um de seus participantes com alguns amigos próximos e alguns aliados em distritos longínquos, desconhecidos e perigosos. São essas as únicas pessoas com quem ele pode realizar o *Kula* — mas, é claro, dentre todos os seus parceiros o nativo tem liberdade de decidir a qual deles fornecer quais objetos.

Tentemos agora passar a uma visão ampla dos efeitos cumulativos das regras de parceria. Há no circuito inteiro do *Kula* um encadeamento de relações que naturalmente fazem dele um todo entrelaçado. Pessoas que vivem a centenas de milhas umas das outras relacionam-se através da parceria direta ou indireta, realizam trocas, passam a conhecer-se e, às vezes, se encontram em grandes reuniões intertribais (veja fig. 20). Os objetos dados por um nativo — não só os artigos do *Kula*, mas também vários outros objetos de uso doméstico e pequenos presentes — chegam, com o tempo, a parceiros indiretos muito distantes. É fácil observar que, no fim de contas, não só os objetos da cultura material, mas também costumes, canções, temas artísticos e influências culturais gerais também viajam ao longo das rotas do *Kula*. O que se verifica, então, é um vasto encadeamento de relações intertribais numa grande instituição que incorpora milhares de pessoas, todas elas unidas por uma paixão comum pelas transações do *Kula* e, em segundo plano, por muitos pequenos laços e interesses.

Voltando mais uma vez ao aspecto pessoal do *Kula*, vamos a um exemplo concreto. Consideremos o nativo típico que vive, por exemplo, na aldeia de Sinaketa, um dos centros mais importantes do *Kula* na porção meridional das ilhas Trobriand. Possui alguns parceiros próximos e outros distantes, mas pertencem todos a duas categorias: uns lhe dão apenas braceletes, outros lhe dão apenas colares. Visto que, nas rotas do *Kula*, os braceletes são transportados em sentido contrário ao dos colares, uma das regras naturais e invariáveis do sistema é o fato de que os braceletes nunca são fornecidos ao nativo pelo mesmo indivíduo que lhe dá os colares. Suponhamos que eu seja o nativo de Sinaketa. Se um dos meus sócios me fornece braceletes e eu, em troca, lhe dou um colar, todas as nossas futuras transações deverão ser exatamente desse mesmo tipo. Além disso, a natureza de nossas transações depende de nossa posição relativa — ou seja, nossa localização geográfica com referência aos pontos cardeais. Do norte e do leste, eu, em Sinaketa, recebo apenas os braceletes; do sul e do oeste, apenas os colares. Se um dos meus sócios é meu vizinho na aldeia e sua casa fica ao norte ou ao leste da minha, dele sempre receberei braceletes e a ele sempre darei colares. Se eventualmente ele mudar de residência no próprio âmbito da aldeia, nosso relacionamento continuará o mesmo; se, porém, ele vier a pertencer a outra comunidade de aldeia, situada ao sul ou a oeste da minha, nossas transações assumirão sentido inverso. Meus sócios que vivem ao norte de Sinaketa, nos distritos de Luba, Kulumata ou Kiriwina, fornecem-me braceletes,

que eu passo aos meus sócios do sul; destes eu recebo colares. O “sul” neste caso inclui os distritos sulinos de Boyowa, bem como as ilhas Amphlett e Dobu.

Cada pessoa tem, portanto, de obedecer a leis específicas quanto ao sentido geográfico de suas transações. Se, em qualquer ponto do circuito do *Kula*, nós a imaginarmos voltada para o centro do círculo, veremos que com a mão esquerda ela recebe os braceletes e, com a direita, os colares, passando-os então adiante. Em outras palavras, o nativo constantemente passa os braceletes da esquerda para a direita e os colares da direita para a esquerda.

Aplicando esta regra de conduta pessoal ao circuito inteiro do *Kula*, verificamos imediatamente qual o resultado integral de todo o processo. Em sua totalidade, as transações não resultam numa troca inútil ou sem objetivo desses dois tipos de artigos — ou seja, não constitui em um fortuito vaivém de braceletes e colares. Há dois fluxos constantes: um, o dos colares, obedecendo ao sentido horário ou dos ponteiros de um relógio; o outro, o dos braceletes, em sentido oposto. O termo *circular* é portanto, bem adequado às transações do *Kula*, pois que elas realmente constituem um círculo ou circuito de artigos em constante movimento (cf. mapa V). Todas as aldeias desse circuito têm posição fixa em relação às demais — ou seja, cada uma delas está, em relação a qualquer outra, ou do lado dos colares, ou do lado dos braceletes.

Passemos agora a uma outra regra do *Kula*, uma das mais importantes. Como acabamos de dizer, “os braceletes e colares movem-se no círculo cada um em sua própria direção, um em sentido oposto ao do outro; sejam quais forem as circunstâncias, nenhum deles jamais é negociado de volta, ou seja, no sentido ou direção errada. Esses objetos também se encontram em constante movimentação, jamais param. Isso pode, à primeira vista, parecer inacreditável, mas o fato é que ninguém conserva consigo esses objetos por longo espaço de tempo. Com efeito, em todo o território de Trobriand existem talvez apenas um ou dois braceletes e colares especialmente bem feitos, conservados permanentemente como bens de herança; constituem uma classe especial de objetos que de uma vez por todas estão fora de circulação no *Kula*. A ‘posse’ é, portanto, uma relação econômica deveras especial no sistema do *Kula*. Nenhum dos nativos que dele participam pode manter quaisquer dos artigos em seu poder por mais de um ou dois anos e quando os conserva durante este tempo, está sujeito a ser censurado por sua mesquinhez. Alguns distritos têm má reputação entre os demais por serem ‘lerdos’ e ‘duros de lidar’ no *Kula*. Por outro lado, um número enorme de artigos passa pelas mãos de cada participante do *Kula* durante sua vida; esses artigos são de posse temporária e cada um os guarda em confiança por um certo espaço de tempo. Esta posse raramente significa que o nativo os ponha em uso, e ele tem por obrigação passá-los o quanto antes a um dos seus parceiros. Essa posse temporária, no entanto, lhe permite adquirir grande renome, exibir sua aquisição, contar aos outros de que modo a obteve e planejar a quem os destinar a seguir. Tudo isso constitui um dos assuntos favoritos entre os nativos, servindo-lhes de tema para suas conversas e mexericos. A glória e as façanhas de chefes e plebeus no *Kula* são constantemente discutidas e ventiladas em suas conversas”.³⁸ Cada um dos artigos do *Kula* move-se, assim, numa única direção, nunca volta para trás, jamais pára de modo permanente e leva de dois a dez anos para perfazer o circuito completo.

Essa é talvez uma das características mais notáveis do *Kula*, pois através dela se cria uma nova forma de posse e coloca os dois artigos do *Kula* numa

³⁸ Esta citação e as demais que se seguem foram tomadas de um artigo preliminar do autor sobre o *Kula*, publicado em *Man*, julho de 1920. Artigo número 51, p. 100.

categoria especial, própria deles. Podemos agora voltar à comparação que já estabelecemos entre os *vaygu'a* (objetos de valor em Kiriwina) e os objetos tradicionais ou relíquias históricas dos europeus. Essa comparação só não é válida num particular: nos objetos europeus desse tipo, a posse permanente e a associação continua com um cargo ou posição social hereditária, ou com uma família, são características essenciais. Nisso os artigos do *Kula* diferem bastante dos nossos objetos tradicionais, mas, por sua vez, assemelham-se a um outro tipo de objetos de valor: os troféus, as marcas de superioridade, as taças de campeonatos — objetos esses que a facção vencedora — indivíduo ou grupo — guarda apenas por determinado espaço de tempo. Embora esses objetos sejam confiados em posse temporária e não sirvam a quaisquer fins utilitários, seus possuidores sentem especial prazer pelo 'simples fato' de os terem em mãos, merecendo-os por direito. Neste caso também a semelhança não é apenas superficial e externa, mas se trata da mesma atitude mental caracterizada por dispositivos sociais análogos. A semelhança é tanto maior porquanto no *Kula* também existe o elemento de orgulho pelo êxito ou mérito alcançado, o qual constitui um dos principais ingredientes da satisfação e prazer que o indivíduo ou o grupo sente com a posse de um troféu. O êxito no *Kula* é atribuído a poderes individuais especiais, obtidos principalmente através da magia, dos quais os nativos se orgulham muito. Por outro lado, a aldeia inteira também se ufana quando um de seus membros obtém no *Kula* um troféu especialmente valioso.

Todas as regras até aqui enumeradas — sob o ponto de vista individual — limitam a amplitude social e a direção das transações, bem como a duração da posse dos objetos. Sob o ponto de vista de seu efeito total, essas regras dão delineamento geral ao *Kula* e o caracterizam como um circuito duplamente fechado. Devemos agora dizer algumas palavras sobre a natureza de cada uma das transações individuais, vistas sob o ângulo de sua *técnica comercial*. Neste particular existem também regras bastante específicas.

V

O princípio básico em que se assentam as regras da transação propriamente dita é o fato de que o *Kula* consiste na doação de um presente cerimonial em troca do qual, após certo lapso de tempo, deve ser recebido um presente equivalente. Esse lapso de tempo pode ser de algumas horas ou apenas alguns minutos, embora por vezes chegue a passar um ano ou mais entre a doação de um artigo e o recebimento do artigo oposto.³⁹ A troca, entretanto, jamais pode ser efetuada diretamente e a equivalência entre os presentes não deve nunca ser discutida, avaliada publicamente ou pechinchada. O decore de cada transação do *Kula* é rigorosamente mantido e altamente prezado. Os nativos fazem total distinção entre esse tipo de transação e o escambo, o qual praticam extensivamente e conhecem bastante, e para o qual possuem um termo especial: *gimwali*, na língua de Kiriwina. Ao criticar algum nativo que age de maneira incorreta, apressada ou indecorosa no *Kula*, os nativos freqüentemente dizem: "Ele age como se o *Kula* fosse o *gimwali*".

Outro princípio muito importante é o de que cabe a quem dá decidir sobre a equivalência entre o presente que oferece e aquele que recebeu anteriormente de seu parceiro. A equivalência não pode ser imposta sob qualquer forma de

doação. Espera-se que o parceiro, tendo recebido um presente *kula*, dê, em troca, um presente de justo e igual valor; em outras palavras, o bracelete que ele dá como contrapresente deve ser tão bom quanto o colar que recebeu como presente — ou vice-versa. Um presente excepcionalmente valioso, por sua vez, deve ser retribuído com um contrapresente de valor semelhante, e não com vários contrapresentes menores. Não obstante isso, pode haver presentes intermediários, com os quais o parceiro adia temporariamente o verdadeiro contrapresente.

Se o objeto dado como contrapresente tiver valor menor que o presente, o receptor ficará decepcionado e aborrecido, mas não pode usar de meios diretos para obter uma compensação, nem tentar coagir seu sócio, nem tampouco dar fim, de uma vez por todas, às suas transações com ele. Quais são então as forças operantes no sentido de fazer com que cada parceiro siga à risca os termos da transação? Entra aqui uma faceta muito importante de atitude mental do nativo com referência à riqueza e ao valor. A falsa noção através da qual se atribui ao selvagem uma natureza puramente econômica poderia levar-nos a um erro de raciocínio, como o que se segue: "A paixão pela posse e o ódio de perder ou ceder constituem o elemento fundamental e mais primitivo na atitude tomada pelo homem em relação às riquezas. No homem primitivo, essa característica fundamental se encontra em sua forma mais simples e pura. *Agarre-se a seus bens e não os deixe escapulir* é o princípio segundo o qual ele se guia".⁴⁰ O erro fundamental deste raciocínio está em pressupor que o "homem primitivo", representado hoje pelo selvagem, está, pelo menos sob o ponto de vista econômico, livre de quaisquer convenções ou restrições sociais. A verdade é bem outra. Muito embora o nativo do *Kula*, como qualquer outro ser humano, tenha paixão pela posse, deseje manter consigo todos os seus bens e tema perdê-los, o código social das leis que regulam o dar e receber suplanta sua tendência aquisitiva natural.

Esse código social, tal como o encontramos entre os nativos do *Kula*, está, no entanto, longe de atenuar o desejo natural pela posse; muito pelo contrário, estabelece que possuir é ser poderoso e que a riqueza constitui apanágio indispensável de dignidade social e atributo da virtude individual. O importante, porém, é que, para os nativos do *Kula*, possuir é dar — e nesse aspecto eles são notavelmente diferentes de nós. Pressupõem que qualquer pessoa deve naturalmente partilhar seus bens e deles ser o depositário e distribuidor. Além disso, quanto mais alta a categoria social, maiores as obrigações. Espera-se que o chefe forneça alimento a qualquer estranho ou visitante, e até mesmo a qualquer vadio vindo de outras partes da aldeia. O chefe tem de dividir com os outros nativos seu estoque particular de tabaco ou nozes de bétel. Assim sendo, o nativo de certa posição social precisa esconder qualquer porção desses artigos que queira preservar para uso próprio. No extremo oriental da Nova Guiné, eram comuns entre os nativos de certa posição social as cestas especiais de três camadas, fabricadas nas ilhas Trobriand, porque na divisão inferior podiam esconder seus pequenos tesouros. A riqueza é, portanto, o principal indício do poder — e a generosidade sinal da riqueza. Com efeito, a avareza é o vício mais desprezado, constituindo entre os nativos a única coisa sobre a qual eles fazem críticas morais realmente acerbadas. A generosidade, por outro lado, é tida como essência da bondade.

³⁹ A fim de não me sentir culpado de incoerência pelo uso impreciso do termo "cerimonial", apresento aqui uma definição sumária: chamaremos de "cerimonial" a todo ato (1) público; (2) realizado sob estreita observância de formalidades específicas; (3) de valor sociológico, religioso ou mágico, e vinculado a obrigações.

⁴⁰ Esta não é a interpretação fantasiosa daquilo que poderia ser uma opinião errônea, pois posso fornecer exemplos concretos que comprovam que tais opiniões foram realmente apresentadas; visto, porém, que minha intenção neste capítulo não é a de apresentar uma crítica das teorias sobre a economia primitiva atualmente existentes, não quero abarrotar este capítulo com citações.

Essa injunção moral e o subsequente hábito de generosidade, superficialmente observados e mal interpretados são responsáveis por uma outra idéia errônea bastante difundida — a do *comunismo primitivo dos selvagens*. Isto, tanto quanto a ficção diametralmente oposta do nativo insaciável e desumanamente tenaz, é definitivamente errôneo, como veremos com suficiente clareza nos capítulos que se seguem.

O princípio fundamental do código moral dos nativos neste assunto faz, pois, com que o indivíduo contribua com seu quinhão justo nas transações do *Kula* e, quanto mais importante ele for, mais deseja sobressair-se por sua generosidade. *Noblesse oblige* é, na realidade, a norma social que regula sua conduta. Isso não significa que os nativos estejam sempre satisfeitos, ou que não haja brigas, ressentimentos e até mesmo lutas por causa das transações. É óbvio que, por mais que o indivíduo queira dar um equivalente justo em troca do objeto recebido, às vezes ele não consegue fazê-lo. Então, como há sempre intensa competição no sentido de ser o doador mais generoso, o indivíduo que recebe menos do que dá não esconde o seu aborrecimento, mas gaba-se de sua própria generosidade e a contrasta com a avareza do seu parceiro; o outro se ressentido com isso, e assim a briga está pronta para começar. É, porém, muito importante compreender-se que realmente não existe regateio nem tendência a lograr um indivíduo naquilo que por direito lhe cabe. Embora por motivos diferentes, tanto o doador quanto o receptor concordam entusiasticamente que o presente deva ser generoso. E então, é claro, há o fato importante de que o indivíduo que é justo e generoso no *Kula* atrai para si maior fluxo de transações que o indivíduo mesquinho.

Os dois princípios mais importantes — a saber, primeiro, que o *Kula* é um presente retribuído, após certo período de tempo, por meio de um contrapresente, e não um escambo; e, segundo, que cabe ao doador estabelecer a equivalência do contrapresente, que não pode ser imposta e não pode haver regateio ou devoluções na troca — fundamentam todas as transações. Um exemplo concreto de como se realizam essas transações será suficiente para uma idéia preliminar.

"Suponhamos que eu, nativo de Sinaketa, tenha em meu poder um belo par de braceletes. Uma expedição ultramarina, proveniente de Dobu, no arquipélago d'Entrecasteaux, chega à minha aldeia. Soprando um búzio, apanho meu par de braceletes e o ofereço ao meu parceiro de ultramar, dizendo-lhe algumas palavras como, por exemplo, 'Este é um *vaga* (presente com que se inicia a transação) — em tempo certo, ireis dar-me um grande *soulava* (colar) em retribuição!' No ano seguinte, quando eu o visitar em sua aldeia, meu parceiro terá em seu poder um colar equivalente, que dele receberei como *yotile* (contrapresente); caso não possua um colar suficientemente bom com que retribuir ao meu último presente, ele me dará um pequeno colar — manifestamente não equivalente ao meu presente — oferecido como *basi* (presente intermediário). Isto significa que o presente principal deverá ser dado numa próxima ocasião, e o *basi* é oferecido em sinal de confiança — mas este, por sua vez, deve também ser retribuído por mim, nesse ínterim, com um presente de pequenos braceletes de conchas. O presente final que me será dado de modo a concluir-se a transação chama-se *kudu* (presente com o qual se conclui uma transação) em oposição a *basi*." (Loc. cit., p. 99.)

Muito embora o regateio e a pechincha estejam excluídos do *Kula*, há muitos costumes e regulamentados de se fazerem ofertas por algum artigo *vaygu'a* que se sabe está em poder de um parceiro. Isso se faz pelo oferecimento do que chamaremos de "presentes de solicitação", dos quais há muitos tipos. "Se acontecer de ter eu, habitante de Sinaketa, em meu poder um par extraordinariamente bom de braceletes, a fama de meus braceletes se espalha, pois é preciso

lembrar-nos de que cada um dos braceletes e colares de primeira categoria tem um nome especial e uma história toda sua, e à medida que circula no grande circuito do *Kula*, torna-se bem conhecido e seu aparecimento num determinado distrito sempre constitui uma sensação. Todos os meus parceiros, então — sejam eles do ultramar, sejam do meu próprio distrito — competem entre si pela honra de receber esse meu artigo, e os que estão especialmente ansiosos tentam obtê-lo oferecendo-me *pokala* (oferendas) e *kaributu* (presentes de solicitação). Os primeiros (os *pokala*) em geral consistem de porcos, bananas de especial qualidade, inhame ou taro; os últimos (os *kaributu*) são de maior valor: as grandes e valiosas lâminas de machado (chamadas *beku*), ou as colheres para cal, feitas de osso de baleia." (Loc. cit., p. 100.) -As complicações adicionais relativas à retribuição desses presentes de solicitação, bem como mais algumas sutilezas e expressões técnicas referentes a este assunto, serão fornecidas mais adiante, no capítulo IV.

VI

Enumerei as regras principais do *Kula* de maneira suficiente a uma definição preliminar; devo agora dizer algumas palavras a respeito das atividades afins e dos aspectos secundários do *Kula*. Se compreendermos que por vezes a troca deve realizar-se entre distritos separados por mares perigosos, onde um grande número de homens tem de navegar em canoas, obedecendo a datas preestabelecidas, torna-se claro que muitos preparativos são necessários para que uma expedição se possa realizar. Muitas atividades preliminares estão intimamente relacionadas ao *Kula*, tais como: a construção das canoas, a preparação do equipamento, o aprovisionamento da expedição, o estabelecimento das datas e a organização social do empreendimento. Todas essas atividades são subsidiárias ao *Kula* e, já que são executadas para atender às finalidades do *Kula* e constituem uma série concatenada, a descrição do *Kula* deve incluir um relato dessas atividades preliminares. A descrição detalhada do processo de construção de canoas, do cerimonial que o acompanha, dos rituais mágicos concomitantes, do lançamento e da viagem inaugural, dos costumes afins que têm por finalidade a preparação do equipamento — tudo isso será contado com detalhes nos próximos capítulos.

Outra atividade inextricavelmente ligada ao *Kula* é a do *comércio secundário*. Viajando a terras longínquas, ricas em recursos naturais desconhecidos em sua terra natal, os navegadores do *Kula* retornam de cada expedição fartamente carregados com os espólios de seu empreendimento. A fim também de apresentar seus parceiros, os nativos levam, em cada viagem, uma carga de produtos tidos como altamente desejáveis no distrito ultramarino. Parte dessa carga é distribuída aos parceiros, na forma de presentes; mas uma boa porção dela destina-se ao pagamento de objetos desejados pelos nativos em sua terra natal. Em certos casos, durante a viagem, os visitantes exploram, por sua própria conta, os recursos naturais das terras do além-mar. Os nativos de Sinaketa, por exemplo, mergulham na laguna de Sanaroa em busca dos *spondylus*, e os de Dobu fazem pescarias nas ilhas Trobriand, numa praia situada no extremo sul da ilha. O comércio secundário torna-se ainda mais complicado pelo fato de que certos grandes centros do *Kula* como, por exemplo, Sinaketa, não são especializados na produção dos artigos que, para os dobu, são de especial valor. Dessa forma, os nativos de Sinaketa têm de obter o estoque de mercadorias necessárias nas aldeias do interior de Kuboma, e isso eles fazem através de pequenas expedições comerciais preliminares ao *Kula*. Assim como a construção de canoas, o comer-

cio secundário será descrito com detalhes mais tarde, mas não podemos deixar de mencioná-lo aqui.

Neste momento, tais atividades afins e subsidiárias precisam ser adequadamente relacionadas umas às outras e à transação principal. Tanto a construção de canoas quanto o comércio regular foram mencionados como secundários ou subsidiários ao *Kula* propriamente dito. Isso requer uma explicação. Não é minha intenção, ao subordinar essas duas coisas ao *Kula*, expressar uma consideração filosófica ou uma opinião pessoal quanto ao valor relativo dessas atividades sob o ponto de vista de alguma teleologia social. Com efeito, é óbvio que, se observarmos essas atividades "do lado de fora", como estudiosos de sociologia comparada, e avaliarmos sua verdadeira utilidade, o comércio e a construção de canoas aparecerão como as realizações verdadeiramente importantes, e consideraremos o *Kula* apenas como um estímulo indireto que impele os nativos a navegar e a comerciar. Minha presente descrição não é, porém, sociológica, mas sim puramente etnográfica, e toda análise sociológica que venho apresentando é apenas a que se faz absolutamente indispensável para dissipar falsas concepções e definir termos.⁴¹

Definindo o *Kula* como a atividade primária e mais importante, e as demais como secundárias, quero fazer ver que essa prioridade está implícita nas próprias instituições. Ao estudar o comportamento dos nativos e todos os costumes em questão, vemos que o *Kula* constitui, sob todos os aspectos, o objetivo principal: as datas são fixadas, as atividades preliminares estabelecidas, as expedições organizadas, a organização social determinada, não em função do comércio, mas sim em função do *Kula*. A grande festa cerimonial realizada ao iniciar-se uma expedição, refere-se ao *Kula*; a cerimônia final da avaliação e contagem dos espólios refere-se ao *Kula* e não aos objetos obtidos pelo comércio. Finalmente, a magia, que constitui um dos principais elementos de todo esse processo, refere-se exclusivamente ao *Kula*, e isto se aplica até mesmo ao conjunto de mágicas com que se encantam as canoas. Alguns dos rituais mágicos do ciclo são executados tendo por objetivo as próprias canoas; outros têm por objetivo o *Kula*. A construção de canoas está sempre em conexão direta com uma expedição do *Kula*. Tudo isto, é lógico, irá tornar-se realmente claro e convincente só depois que apresentarmos um relato minucioso. E, porém, necessário estabelecermos a estas alturas a perspectiva correta da relação entre o *Kula principal* e o comércio subsidiário.

Certamente, existem muitas tribos vizinhas que nada conhecem a respeito do *Kula* e, apesar disso, fabricam canoas e navegam para longe em ousadas expedições comerciais; há também diversas aldeias — nas ilhas Trobriand, por exemplo — que, embora dentro do circuito do *Kula*, não o praticam e, contudo, possuem canoas com as quais realizam um vigoroso comércio marítimo. Mas, nos locais em que é praticado, o *Kula* controla todas as demais atividades afins, e tanto a construção de canoas quanto o comércio se tornam subsidiários dele. E isto se expressa, de um lado, pela natureza das instituições e pelo modo como se processam todos os preparativos e, de outro, pelo comportamento e pelas afirmações explícitas dos nativos.

O *Kula* — como, espero, está-se tornando cada vez mais evidente — é uma instituição enorme e complicada, por mais insignificante que seu núcleo nos pos-

sa parecer. Para os nativos, ele representa um dos interesses mais vitais da existência, e como tal possui um caráter cerimonial e está cingido pela magia. Podemos imaginar que os objetos que constituem a riqueza nativa possam passar de uma pessoa para outra sem quaisquer cerimônias ou rituais, mas isso jamais acontece no *Kula*. Mesmo quando, por vezes, pequenas expedições de apenas uma ou duas canoas partem para o além-mar e trazem os *yaegu'a*, observam-se determinados tabus e práticas tradicionais na partida, durante a viagem e à chegada; até mesmo a menor das expedições, de uma só canoa, constitui acontecimento tribal de relativa importância, conhecido e discutido no distrito inteiro. A expedição típica, porém, é aquela da qual participa um grande número de canoas, organizadas de maneira específica, formando um só grupo. Realizam-se festas, distribuições de alimentos e outras cerimônias públicas, há um líder e mestre da expedição e várias regras a serem observadas a par dos tabus e regulamentos costumeiramente associados ao *Kula*.

A natureza cerimonial do *Kula* está rigorosamente vinculada a um outro aspecto que o caracteriza — a magia. "A crença na eficácia da magia domina o *Kula*, como domina a tantas outras atividades tribais. Rituais mágicos precisam ser executados sobre as canoas marítimas, quando são construídas, para que sejam velozes, estáveis e seguras; rituais mágicos são também executados sobre as canoas para lhes dar sorte no *Kula*. Um outro sistema de rituais mágicos é executado para afastar os perigos da navegação. Um terceiro sistema de rituais mágicos relativos às expedições marítimas é o *mwasila*, ou a magia do *Kula* propriamente dita. Esse sistema se compõe de numerosos rituais e encantamentos todos eles agindo diretamente sobre a mente (*nanola*) do parceiro, fazendo com que ele se torne afável, de mente instável e ansioso por dar presentes *kula*." (*Loc. cit.*, p. 100.)

É natural que uma instituição tão intimamente ligada a elementos mágicos e cerimoniais, como o é o *Kula*, não só esteja assentada sobre um alicerce tradicional muito firme, mas também possua um grande estoque de lendas. "Há uma rica mitologia do *Kula*, na qual se contam histórias sobre épocas remotas, quando ancestrais míticos se empenhavam em expedições longínquas e audaciosas. Graças a seus conhecimentos de magia eles conseguiam escapar aos perigos, vencer os inimigos, transpor obstáculos e, através de suas façanhas, estabeleceram muitos precedentes que agora são rigorosamente observados nos costumes tribais. Mas sua importância para seus descendentes reside principalmente no fato de que eles lhes legaram seus conhecimentos de magia, e isto fez com que o *Kula* se tornasse possível nas gerações subsequentes". (*Loc. cit.*, p. 100.)

Em determinados distritos, aos quais não pertencem as ilhas Trobriand, o *Kula* está associado a festas mortuárias chamadas *so'i*. Esta associação, sobre a qual faremos um relato no capítulo XX, é de grande interesse e importância.

As grandes expedições do *Kula* são realizadas por um grande número de nativos — um distrito inteiro. Mas os limites geográficos dentro dos quais são recrutados os membros de uma expedição encontram-se perfeitamente definidos. Observando o mapa V, "podemos ver diversos círculos, cada um deles representando determinada unidade sociológica a que chamaremos de 'comunidade *kula*'. Cada comunidade *kula* se compõe de uma ou várias aldeias, cujos nativos partem juntos nas grandes expedições marítimas e atuam como um só grupo nas transações do *Kula*, executam seus rituais mágicos em comum, possuem os mesmos líderes e se movem na mesma esfera social interna e externa, em cujo âmbito trocam seus objetos de valor. O *Kula* então, consiste primeiro das pequenas transações internas dentro da comunidade *kula* ou comunidades adjacentes e, segundo, das grandes expedições marítimas nas quais a troca de artigos se verifica entre duas comunidades separadas pelo mar. Nas primeiras, existe um fluxo

⁴¹ Talvez não haja necessidade de salientarmos o fato de que, no presente estudo, não estão incluídas quaisquer considerações referentes às origens e ao desenvolvimento ou história das instituições nativas. A mistura de pontos de vista especulativos ou hipotéticos com o relato de ocorrências concretas constitui, na minha opinião, um pecado imperdoável contra os princípios metodológicos da etnografia.

pequeno mas contínuo e permanente de artigos entre uma aldeia e outra e até mesmo dentro de uma mesma aldeia. Nas segundas, uma enorme quantidade de objetos de valor, chegando a mais de mil por vez, é trocada através de uma enorme transação ou, mais acertadamente, através de uma infinidade de transações que se realizam simultaneamente". (*Loc. cit.*, p. 101.) "O *Kula* consiste na série dessas expedições marítimas periódicas que vinculam os diversos grupos de ilhas e anualmente trazem, de um distrito para o outro, grande quantidade de *vaygu'a* e objetos de comércio subsidiário. Os objetos do comércio subsidiário são utilizados e consumidos, mas os *vaygu'a* — braceletes e colares — movem-se constantemente no circuito." (*Loc. cit.*, p. 105.)

Apresentei neste capítulo, uma definição curta e sumária do *Kula*. Enumerei, um — após outro, seus aspectos mais característicos, as regras mais notáveis estabelecidas nos costumes, nas crenças e no comportamento dos nativos. Isto se fez necessário para podermos fornecer uma noção geral da instituição antes de descrever-lhe minuciosamente o funcionamento. Uma definição abreviada, porém, jamais pode proporcionar ao leitor o entendimento total de uma instituição social humana. Para isso é necessário explicar seu funcionamento de maneira concreta, colocar o leitor em contato com as pessoas, mostrar-lhe de que maneira elas se portam em cada um dos estágios consecutivos, e descrever todas as manifestações reais das regras gerais estabelecidas *in abstracto*.

Como dissemos acima, as transações do *Kula* são efetuadas através de dois tipos de empreendimentos; existem, em primeiro lugar, as grandes expedições marítimas, nas quais se transporta uma quantidade mais ou menos considerável de objetos de valor. Há, a par disso, a troca interna, em que os artigos passam de pessoa para pessoa, freqüentemente mudando de dono inúmeras vezes num percurso de algumas milhas.

As grandes expedições marítimas constituem, de longe, a parte mais espetacular do *Kula*. Contêm, também, um número maior de cerimônias públicas, rituais mágicos e praxes tradicionais. Também requerem, é claro, maiores preparativos e atividades preliminares. Terei, portanto, muito mais coisas a dizer sobre as expedições ultramarinas do *Kula* do que sobre as trocas internas.

Visto que os costumes e crenças relativos ao *Kula* foram, na maior parte, estudados em Boyowa, ou seja, nas ilhas Trobriand, e analisados sob o ponto de vista desse distrito, irei relatar, em primeiro lugar, o modo típico como se processa uma expedição marítima, seguindo seus preparativos, organização e partida das ilhas Trobriand. Começando pela construção das canoas, procedendo em seguida à cerimônia de seu lançamento e às visitas de apresentação formal das canoas, selecionaremos então a comunidade de Sinaketa e acompanharemos os nativos numa de suas viagens marítimas, a qual descreveremos em todos os seus detalhes. Isto nos mostrará uma modalidade de expedição *kula* em demanda a terras distantes. Mostraremos então em que aspectos essas expedições diferem entre si noutras ramificações do *Kula*, e para isso irei descrever uma expedição proveniente de Dobu e outra entre Kiriwina e Kitava. Esse relato será complementado com uma descrição do *Kula* interno, de algumas modalidades de comércio associado e das demais ramificações do *Kula*.

No capítulo que se segue eu passo, portanto, aos estágios preliminares do *Kula* nas ilhas Trobriand, começando pela construção das canoas.

CAPÍTULO IV

As canoas e a navegação

I

A canoa é elemento da cultura material e, como tal, pode ser descrita, fotografada e até mesmo fisicamente transportada para um museu. Contudo — e esta é uma verdade freqüentemente negligenciada — a realidade etnográfica da canoa não poderia ser transmitida ao estudioso simplesmente colocando-se diante dele um exemplar perfeito da embarcação.

A canoa é feita para determinado uso e com uma finalidade específica; constitui um meio para atingir determinado fim, e nós, que estudamos a vida nativa, não podemos inverter essa relação, fazer do objeto em si um fetiche. No estudo das finalidades econômicas para as quais se constrói uma canoa e dos diversos usos a que ela é submetida, encontramos os primeiros elementos para um estudo etnográfico mais profundo. Dados sociológicos suplementares, referentes à sua posse, a especificação das pessoas que a usam e a descrição de como o fazem; as informações referentes às cerimônias e costumes de sua construção, uma espécie de história da vida típica de uma embarcação nativa — tudo isso nos faz aproximar ainda mais da compreensão de tudo aquilo que a canoa verdadeiramente representa para o nativo.

Nem mesmo isso, entretanto, se aproxima da realidade mais vital de uma canoa nativa, pois um barco, seja ele feito de casca de árvore ou de madeira, de ferro ou de aço, vive a vida de seus navegantes e, para o marinheiro, representa mais que um simples pedaço de matéria moldada. Para o nativo, não menos do que para o marinheiro branco, o barco está envolto numa atmosfera de romance, construída de tradições e experiências pessoais. É um objeto de culto e admiração, uma coisa viva que possui personalidade própria.

Nós, europeus — quer conheçamos a embarcação nativa por experiência ou através de descrições —, acostumados que estamos com os nossos meios de transporte tão extraordinariamente desenvolvidos, temos tendência a olhar com desdém a canoa nativa e a enxergá-la sob uma falsa perspectiva, considerando-a quase como um brinquedo infantil, como uma tentativa malograda e imperfeita de solucionar o problema da navegação que nós outros já solucionamos de maneira satisfatória.⁴² Para o nativo, entretanto, sua pesada e desajeitada canoa representa uma conquista admirável e quase miraculosa, um objeto de rara beleza (veja fig. 21, 23, 40, 47 e 55). Ele a envolve de tradições, adorna-a com

⁴² Ao comparar a frágil porém tosca embarcação nativa ao admirável iate europeu, sentimo-nos inclinados a considerá-la quase como uma brincadeira. Essa é a tônica de muitos relatos etnográficos amadores sobre a navegação, nos quais se faz chacota barata dos cascos rusticamente trabalhados, chamando-os de "couraçados" ou "iates reais", da mesma forma que, numa atitude jocosa, os singelos chefes nativos são citados como "reis". Tal humorismo é, sem dúvida, natural e agradável, porém, quando abordamos o assunto cientificamente, devemos, por um lado, abster-nos de distorcer os fatos e, por outro, procurar analisar as nuances mais sutis do pensamento e sentimento nativos quanto às suas próprias criações.